

Vitru Educaçãõ S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Relatório da Administração 2025

Aos Acionistas,

A Administração da Vitru Educação S.A. (“Companhia”), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com os princípios do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Sobre a Vitru

A Vitru Educação S.A. (“Vitru”) tem como atividades preponderantes investimentos em empresas prestadoras de serviços educacionais e a prestação de serviços de educação continuada a distância através da estrutura operacional de suas controladas. A Vitru e suas controladas, que têm como atividades preponderantes a prestação de serviços educacionais no Brasil, principalmente cursos de graduação e educação continuada, presenciais em seus doze campus em quatro estados, ou a distância, através de 2.536 centros de ensino das subsidiárias: Sociedade Educacional Leonardo da Vinci Ltda. (“Uniasselvi”); Sociedade Educacional do Vale do Itapocu Ltda. (“Univinci”); FAIR Educacional Ltda. (“Fair”); FAC Educacional Ltda. (“Fac”); Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. (“Unicesumar”); Rede Enem Serviços de Internet Ltda (“Rede Enem”); Centro de Formação Técnica e Profissional Unicesumar Ltda (“Centro de Formação”); Foco Educacional Cursos Ltda (“Foco Educacional”).

A Vitru por meio de suas marcas Unicesumar e Uniasselvi, posiciona-se como um dos principais ecossistemas educacionais do país com foco estruturado na Educação Superior, combinando capilaridade nacional, modelo acadêmico próprio e integração tecnológica. A Companhia organiza sua atuação a partir de um modelo acadêmico que integra ensino a distância com componentes presenciais e/ou síncronos, sustentado por ambiente virtual de aprendizagem proprietário e por uma rede estruturada de apoio composta por docentes, mediadores pedagógicos e equipe multidisciplinar.

A proposta de valor da Vitru está ancorada em modelos acadêmicos estruturados, por meio de suas marcas, na ampla capilaridade de sua rede de polos e na construção de um ecossistema integrado de ensino-aprendizagem. Cada marca mantém identidade pedagógica própria, com desenvolvimento de competências, na integração entre teoria e prática, na utilização de metodologias ativas, imersivas e no emprego de recursos tecnológicos aplicados ao processo de ensino-aprendizagem. A estrutura do corpo docente e mediação pedagógica, aliada à adoção de princípios de acessibilidade metodológica, incluindo o Design Universal para Aprendizagem (DUA), reforça o compromisso com a qualidade acadêmica e com a experiência do estudante.

Na Unicesumar, observa-se forte ênfase em inovação pedagógica, modularização curricular e utilização de tecnologia educacional. Seu modelo organiza a jornada acadêmica em módulos de dez semanas, com quatro módulos por ano letivo e disciplinas estruturadas de forma progressiva e previsível, o que contribui para padronização acadêmica, planejamento operacional e acompanhamento sistemático do desempenho discente. O processo formativo combina aulas on-line ao vivo semanais, aulas conceituais gravadas, estudos de caso, fóruns de discussão, atividades avaliativas práticas e provas presenciais aplicadas nos polos, compondo uma estrutura pedagógica que integra recursos digitais e momentos presenciais de forma articulada.

Na Uniasselvi, o modelo acadêmico é estruturado em regime semestral, com organização curricular orientada por competências e forte alinhamento às demandas regionais e nacionais. A proposta pedagógica desloca o

foco do conteúdo isolado para o desenvolvimento de competências e das capacidades aplicáveis ao contexto profissional, sustentando-se em padronização curricular e centralização da produção de conteúdo. Esse desenho permite replicabilidade em escala, mantendo consistência acadêmica e controle operacional, essenciais para a gestão eficiente da rede.

Mensagem da Administração

Encerramos 2025 com a convicção de que entregamos um ano com muitos avanços, reafirmando a resiliência da operação e a nossa capacidade de execução — que sustentaram o crescimento com rentabilidade e geração de caixa — mesmo em um ambiente de maior complexidade macroeconômica e de competição crescente. Esse desempenho reflete um modelo de negócio robusto adaptável e uma estratégia clara, guiada por disciplina financeira, eficiência operacional e rigor na alocação de capital, sempre com o foco central em elevar a experiência do aluno e assegurar um ensino de qualidade.

Ao longo de 2025, alcançamos o marco histórico de 1 milhão de alunos, reforçando nossa liderança no ensino superior digital e a força da capilaridade da nossa rede. A receita líquida consolidada atingiu R\$ 2,3 bilhões com crescimento de 5,5% em relação a 2024, e encerramos o ano com uma base total de alunos de 915,4 mil (11% vs. 2024), apoiada por uma rede de polos de 2.533 unidades. O EBITDA ajustado totalizou R\$ 873,7 milhões, atingindo o recorde histórico com margem EBITDA de 38,7%, 1,6 p.p. versus 2024. O lucro líquido ajustado somou R\$ 483,7 milhões, com margem de 21,0%, refletindo a disciplina operacional e a melhoria das linhas “Below EBITDA”.

A geração de caixa livre foi um dos principais destaques do ano, atingindo o montante de R\$ 571,2 milhões com conversão de 54,8% (6,5 p.p. versus 2024), sustentada por otimizações no ciclo financeiro, e principalmente no prazo médio de recebimentos e também por uma otimização e revisão de estratégia de Capex. Com isso, a Dívida Líquida ex-IFRS16 encerrou 2025 em R\$ 1,6 bilhão, uma redução de R\$ 294,7 milhões versus 2024, e a alavancagem foi de 1,99x, reforçando a nossa trajetória de desalavancagem.

Também avançamos em iniciativas que fortalecem nossa proposta de valor, com parcerias estratégicas e investimentos em tecnologia e inovação — incluindo soluções de inteligência artificial — sempre com foco na qualidade acadêmica e na experiência do aluno. No ambiente regulatório, a publicação das novas diretrizes em 19 de maio de 2025 trouxe a previsibilidade necessária ao setor, e seguimos confiantes na nossa capacidade de adaptação e liderança no semipresencial e no digital

Para 2026, esperamos dar continuidade ao crescimento com disciplina, preservando margens em patamares elevados, com prioridade para geração de caixa e desalavancagem financeira. Em um ambiente competitivo, seguiremos focados em eficiência operacional, ganhos de produtividade e execução organizada das adequações ao novo marco regulatório, mantendo a excelência acadêmica como pilar inegociável.

Com base nessa trajetória, reafirmamos o posicionamento da Vitru como um ecossistema educacional estruturado, orientado à inovação e à eficiência. Mantemos nosso compromisso com a conformidade regulatória, a avaliação institucional contínua e a atualização permanente de nossos projetos pedagógicos, combinando escala, capilaridade e governança acadêmica como fundamentos para a geração consistente de valor.

Atenciosamente,
A Administração.

Desempenho Operacional

Base de Alunos e Polos

No ano de 2025 foi marcado pela consolidação da escala operacional e acadêmica da Vitru. A Companhia encerrou o período com 915,4 mil alunos, número que, aliado à sua rede de polos e à diversidade de seu portfólio, evidencia a dimensão e a relevância de sua operação no cenário nacional.

A estrutura acadêmica é sustentada por mais de dois mil mediadores pedagógicos, além de professores, responsáveis pelo acompanhamento contínuo do estudante, pela condução de encontros síncronos e presenciais e pela aplicação de metodologias alinhadas aos respectivos projetos pedagógicos dos cursos.

A geração de valor da Companhia está diretamente associada à disciplina operacional aplicada à execução de seus modelos acadêmicos. A padronização curricular, a centralização da produção de conteúdo, a utilização de tecnologia proprietária e a governança pedagógica formalizada permitem à Vitru combinar escala com controle, previsibilidade e eficiência. Os modelos adotados pelas marcas constituem diferenciais acadêmicos combinados a elementos estruturantes da gestão operacional que contribuem para escalabilidade e manutenção de padrões institucionais.

A capilaridade constitui um dos principais diferenciais estratégicos da Companhia, evidenciados pelos 2.533 polos de apoio presencial distribuídos nacionalmente, que viabilizam a aplicação de avaliações presenciais, a realização de atividades práticas e de laboratórios, o atendimento acadêmico local e a integração entre ensino digital e suporte presencial. A variação no número de polos reflete um movimento positivo de otimização da base, com maior concentração em polos mais eficientes e rentáveis. Essa estrutura amplia o acesso ao Ensino Superior em diferentes regiões do país e assegura proximidade com o estudante, mesmo em modelos predominantemente digitais, preservando padrão acadêmico unificado.

O portfólio da Companhia contempla mais de 850 cursos distribuídos entre graduação, pós-graduação, cursos técnicos e profissionalizantes, ofertados em modalidades presencial, semipresencial, híbrida e on-line. Essa amplitude reforça a capacidade da Vitru Brasil de atender diferentes perfis de estudantes e de estruturar uma jornada acadêmica contínua, desde a formação inicial até a especialização, mantendo coerência metodológica e institucional.

Ticket Médio

O ticket médio mensal dos cursos de Graduação EAD da Vitru apresentou um arrefecimento de 3,7% em relação ao mesmo período do ano passado, passando de R\$ 295,5 em 2024 para R\$ 284,7 no fechamento de 2025.

Desempenho Financeiro

Receita Líquida

A receita líquida em 2025 foi de R\$ 2.259,1 milhões, um aumento de 5,5% em relação a 2024, com avanço em todas as modalidades, com destaque para Graduação EAD/Semi presencial, refletindo a qualidade da base de aluno apesar do ticket médio mais desafiador.

Custos dos Serviços

O custo dos serviços em 2025 foi de R\$ 776,3 milhões, 4,0% superior aos R\$ 746,6 milhões registrados em 2024. Esse movimento reflete nossa disciplina financeira e a gestão eficiente de custos. Mesmo com as mudanças estruturais no modelo acadêmico de uma de nossas marcas no início de 2025, conseguimos otimizar o indicador de custo como percentual da receita líquida, reforçando nossa eficiência operacional.

Lucro Bruto e Margem Bruta

O lucro bruto em 2025 totalizou R\$ 1.482,8 milhões, um aumento de 6,3% em comparação aos R\$ 1.395,1 milhões em 2024. Em 2025, a margem bruta foi de 65,6%, com avanço de 0,5 p.p em versus 2024, explicado principalmente pelo bom desempenho dos custos dos serviços ao longo de 2025.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas em 2025 totalizaram R\$ 408,8 milhões, um aumento de 2,8% em relação a 2024. Esse movimento reflete a continuidade da estratégia comercial e de marketing — com investimentos em performance e marca, evolução de ferramentas e processos com destaque para CRM e políticas de incentivos à captação. Ainda assim, avançamos em eficiência, com melhora do indicador de despesas com vendas como percentual da ROL, apoiada por ganhos de produtividade do funil, maior conversão e otimização do mix de canais.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas em 2025 totalizaram R\$ 257,6 milhões, uma redução de 0,8% em relação aos R\$ 259,7 milhões de 2024. Essa disciplina reforça o foco contínuo da Companhia em otimização de despesas e ganhos de eficiência. Esse resultado é ainda mais relevante considerando os efeitos de anualização de custos em 2025, decorrentes de investimentos realizados em 2024.

EBITDA Contábil

Em 2025, o EBITDA foi de R\$ 812,6 milhões, 22,4% superior ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho evidencia a alavancagem operacional da Companhia, conforme detalhada na sessão despesas operacionais.

Lucro Líquido

Em 2025, o lucro líquido foi de R\$ 369,9 milhões, 28,1% superior ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento expressivo foi impulsionado tanto pelo crescimento do EBITDA da Companhia quanto pelo impacto positivo gerado pelas linhas de resultado financeiro e imposto de renda.

Conciliação de eventos não recorrentes ajustados ao EBITDA e ao Lucro Líquido

Reconciliação do EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2025	2024
Lucro Líquido do período	369,9	288,8
(+) Imposto de renda diferido e corrente	(108,0)	(284,7)
(+) Resultado financeiro corrente	326,1	443,6
(+) Depreciação e amortização	224,6	216,2
EBITDA Contábil	812,6	663,9
(+) Juros sobre mensalidades atrasadas	15,5	14,7
(+) Plano de remuneração baseado em ações	1,4	4,2
(+) Outras receitas (despesas), líquidas	3,0	57,9
(+) Gastos com M&A, migração B3 e emissões	0,3	21,4
(+) Reestruturação	17,3	-
(+) Projeto de transformação - Consultorias	10,3	-
(+) Reestruturação corporativo e <i>earn-out</i> da Unicesumar	13,1	17,6
(+) Outros	0,2	14,2
EBITDA Ajustado	873,7	793,9

Reconciliação do Lucro Líquido Ajustado

R\$ milhões	2025	2024
Lucro Líquido do período	369,9	288,8
(+) Gastos com M&A, migração B3 e emissões	0,3	21,4
(+) Mudança de modelo acadêmico	17,3	-
(+) Projeto de transformação - Consultorias	10,3	-
(+) Reestruturação corporativo e <i>earn-out</i> da Unicesumar	13,1	17,6
(+) Outros	0,2	14,2
(+) Plano de remuneração baseado em ações	1,4	4,2
(+) Amortização de ativos intangíveis provenientes de combinações de negócios	119,6	181,6
(-) Reconhecimento do prejuízo fiscal de anos anteriores	-	(151,8)
(-) Efeitos fiscais correspondentes sobre ajustes	(48,4)	(76,0)
Lucro Líquido Ajustado	483,7	300,0

Fluxo de Caixa Operacional

O Fluxo de caixa operacional aumentou 16,2%, passando de R\$ 601,4 milhões em 2024 para R\$ 699,6 milhões em 2025. Essa melhora na geração de caixa foi impulsionada principalmente por avanços na eficiência operacional e financeira, como a redução do ciclo financeiro e a melhora no prazo médio de recebimento nos últimos 12 meses.

Capex

O Capex em 2025 totalizou R\$ 128,4 milhões, uma redução de 4,9% em relação aos R\$ 135,0 milhões investidos em 2024. O Capex consumiu 5,7% da receita líquida, ante 6,3% em 2024. Ao longo do ano, a Companhia implementou um Comitê de Capex para priorização e governança dos investimentos, o que contribuiu para a sólida geração de caixa em um cenário ainda desafiador. Os investimentos se concentraram principalmente em imobilizado, com destaque para as obras nos campi de Corumbá e Ponta Grossa (Unicesumar). Também realizamos aquisições para equipar novos laboratórios, reforçando nosso compromisso com a inovação e a melhoria contínua da infraestrutura acadêmica.

Emissão de Debêntures

Em 30 de outubro de 2023, a Companhia emitiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples no valor total de R\$ 500.000.000,00, com vencimento em novembro de 2028. Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples – Série Única da Companhia foram destinados (i) prioritariamente para o pré-pagamento da última parcela do financiamento contratado pela Companhia para a aquisição da participação societária da CESUMAR; e (ii) os recursos remanescentes para reforço de caixa da Companhia.

Em 11 de dezembro de 2024, a Companhia emitiu a 5ª Emissão Pública de Debêntures Simples no valor total de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), com vencimento em 20 de dezembro de 2029. Os recursos líquidos adquiridos pela 5ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pré-pagamento da (i) 2ª (segunda) série da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, e (ii) 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

Em 20 de outubro de 2025, a Companhia realizou a 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples, no valor de R\$ 850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de reais), com vencimento em 20 de outubro de 2030. Os recursos líquidos adquiridos pela 6ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pré-pagamento da 4ª Emissão de Debênture da emissora.

Incorporação

Cesumar

A Companhia aprovou em 09 de dezembro de 2025, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE), uma reorganização societária envolvendo a incorporação da Cesumar (controlada integral). A operação teve como objetivo simplificar a estrutura societária e viabilizar uma gestão financeira mais eficiente, por meio da consolidação das atividades hoje conduzidas pela Cesumar. A operação foi concluída com eficácia e efeitos imediatos no caixa a partir de 1º de janeiro de 2026.

Projeção

No dia 28 de julho de 2025 foi adicionado ao Formulário de Referência da Companhia, a projeção de impacto das sinergias esperadas em decorrência da integração com a Unicesumar para o ano de 2025, conforme abaixo:

<i>R\$ milhões</i>	2025
Impacto na Receita Líquida	265,9
Impacto no EBITDA Ajustado	154,0

(i) do acréscimo de cerca de R\$ 265,9 milhões à receita líquida estimada para o ano de 2025, foi realizado o montante de R\$ 248,9 milhões, correspondente a 93,7%, abaixo do piso da meta. O principal fator para essa lacuna foi a performance da captação de alunos no segundo semestre, que ficou abaixo da expectativa interna, impactando diretamente o fluxo de receita em 2025.

(ii) do montante de R\$ 154,0 milhões de acréscimo de EBITDA decorrente de sinergias de custos e despesas para o ano de 2025, foi realizado o valor de R\$ 156,0 milhões, em linha com o projetado para o período.

Distribuição de Dividendos

Em 2025, o Resultado Líquido Contábil da Controladora totalizou um lucro de R\$ 369,9 milhões, dessa forma foi proposta pela Administração a destinação de R\$ 3,7 milhões referente aos resultados do exercício de 2025, a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI)

A Companhia observa princípios de igualdade de oportunidades, meritocracia e não discriminação em seus processos internos de recrutamento, desenvolvimento e remuneração, em conformidade com a legislação aplicável e com suas práticas internas de governança. Em atendimento ao disposto nos incisos I a IV do §6º do artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, a Companhia apresenta as seguintes informações:

Total de Headcount

	2025					2024					Var.				
	Mulheres		Homens		Total	Mulheres		Homens		Total	Qtd			p.p.	
	Qtd	%	Qtd	%		Qtd	%	Qtd	%		Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Conselheiros e Diretores Estatutários	5	35,7%	9	64,3%	14	6	46,2%	7	53,8%	13	(1)	2	1	(10,5)	10,5
Diretores	10	33,3%	20	66,7%	30	6	19,4%	25	80,6%	31	4	(5)	(1)	13,9	(13,9)
Gerentes, Coordenadores e Supervisores	395	61,8%	244	38,2%	639	414	62,1%	253	37,9%	667	(19)	(9)	(28)	(0,3)	0,3
Administrativos e Operacionais	5.698	65,3%	3.033	34,7%	8.731	6.452	64,0%	3.622	36,0%	10.074	(754)	(589)	(1.343)	1,3	(1,3)
Total	6.108	64,9%	3.306	35,1%	9.414	6.878	63,8%	3.907	36,2%	10.785	(770)	(601)	(1.371)	1,1	(1,1)

Remuneração por nível

	2025		2024		Var.
	Qtd	Proporção	Qtd	Proporção	p.p.
Conselheiros e Diretores Estatutários	5	71,8%*	6	64,3%*	7,5
Diretores	10	104,6%	6	103,8%	0,8
Gerentes, Coordenadores e Supervisores	395	92,1%	414	93,4%	(1,3)
Administrativos e Operacionais	5.698	95,2%	6.452	95,5%	(0,3)
Total Geral	6.108	94,5%	6.878	94,0%	0,5

* Há membros da administração que renunciaram ao recebimento de remuneração.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Informações Adicionais

O foco do presente Relatório da Administração foi o desempenho operacional e financeiro ao longo de 2025. Informações adicionais sobre a Companhia e seu mercado de atuação estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Vitru (<https://investors.vitru.com.br/>), em seu Formulário de Referência e no site da CVM.

Agradecimentos

Por fim, a Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos colaboradores por todo o empenho ao longo do ano, bem como aos seus alunos, professores, parceiros, acionistas, fornecedores e demais stakeholders pelo apoio recebido em 2025.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Vitru Educação S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vitru Educação S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vitru Educação S.A. (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Reconhecimento de receita

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.5 l) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada, reconhecidas ao longo do tempo quando os serviços são prestados ao cliente e a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho nos termos do contrato por um valor que reflete a contraprestação a que a Companhia espera ter direito em troca desses serviços. Essas transações são de alto volume transacional e geradas por sistemas operacionais que reconhecem a receita quando ocorre um dos seguintes gatilhos: (i) engajamento do aluno em atividade acadêmica; (ii) pagamento de pelo menos uma mensalidade.

Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores, bem como pelo uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar a receita das mensalidades cobradas pelos cursos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) entendimento do fluxo de reconhecimento de receitas de mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada, incluindo o desenho e a implementação de controles internos relevantes; (ii) avaliação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita das mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada; (iii) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação na avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento das receitas de mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada; (iv) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, a integridade e a exatidão das receitas de mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (v) execução de testes amostrais para as transações das receitas de mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada, confirmando as informações financeiras com o contrato, recebimento subsequente, histórico escolar e/ou outra informação que corrobore o engajamento do aluno; (vi) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes revelaram ajustes imateriais identificados nas linhas de receita de serviços bruta e descontos, que foram parcialmente corrigidos e parcialmente não corrigidos pela Companhia, assim como deficiências nos controles internos que nos levaram a ampliar a extensão e a época, e modificar a natureza de nossos procedimentos substantivos.

Consideramos que os critérios de reconhecimento da receita adotados pela Diretoria e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Estimativas adotadas na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta saldos significativos de contas a receber gerados pelas mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada. A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber considera uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de créditos esperadas em cada data de balanço. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para devedores e para o ambiente econômico.

Esse assunto foi considerado significativo em nossa auditoria, pois envolvem valores relevantes e visto o grau de julgamento envolvido e as premissas críticas utilizadas na mensuração da estimativa, bem como o impacto que suas oscilações podem trazer às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria relacionados à mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa incluíram, entre outros: (i) entendimento do ambiente de controles internos relevantes ao processo de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa; (ii) testes da integridade da base histórica de recebíveis utilizada para determinação do histórico real de perdas, validando as taxas de perdas esperadas definidas pela Diretoria, por faixa de vencimento; (iii) testes sobre a razoabilidade das premissas relacionadas a devedores específicos e sobre o ambiente econômico, do modelo utilizado pela Diretoria para determinação da provisão registrada; (iv) validação da posição dos recebíveis em aberto, por faixa de vencimento, em 31 de dezembro de 2025, que foi base para aplicação dos critérios de mensuração da provisão; (v) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes revelaram ajustes imateriais identificados na linha do ativo de provisão para créditos de liquidação duvidosa e no resultado, que não foram corrigidos pela Companhia, assim como deficiências no controle interno da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Como consequência, avaliamos a natureza, a época e a extensão de nossos procedimentos substantivos, inicialmente planejados, e concluímos que estes permanecem adequados.

Consideramos que os critérios de provisão para créditos de liquidação duvidosa adotados pela Diretoria e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma brasileira NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, bem como comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 17 de março de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3



Vitru Educação S.A.
Demonstrações financeiras e relatório do auditor
independente

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	25.946	6.087	69.510	21.553
Aplicações financeiras	7	22.197	27.656	675.934	428.973
Contas a receber	8	36.320	34.830	262.992	275.214
Impostos de renda a recuperar		14.313	2.592	47.037	10.681
Despesas antecipadas	10	3.730	2.054	43.572	43.600
Adiantamentos a polos parceiros	11	132	188	28.674	26.306
Partes relacionadas	22	65.632	-	-	-
Outros ativos		324	460	3.132	6.235
Total do ativo circulante		168.594	73.867	1.130.851	812.562
Não circulante					
Contas a receber	8	-	1	22.327	42.030
Despesas antecipadas	10	56	35	3.908	3.185
Ativos de indenização	18	-	-	12.206	17.602
Impostos diferidos ativos	9	-	-	110.488	101.966
Adiantamentos a polos parceiros	11	-	-	42.172	54.289
Outros ativos		-	-	27.773	16.758
Investimento em controladas	13	5.238.156	5.099.432	-	-
Ativos de direito de uso	12	17.224	-	360.132	334.133
Imobilizado	14	8.230	36	259.197	237.311
Intangível	15	30.062	29.478	4.124.690	4.205.498
Total do ativo não circulante		5.293.728	5.128.982	4.962.893	5.012.772
Total do ativo		5.462.322	5.202.849	6.093.744	5.825.334

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores		15.530	14.236	138.601	143.751
Empréstimos e financiamentos	16	132.419	14.024	132.419	14.024
Passivos de arrendamento	12	3.609	-	66.386	56.318
Salários e encargos sociais	17	19.247	7.162	81.659	75.112
Impostos a pagar sobre o lucro		-	-	1	13.659
Impostos a pagar		7.858	815	32.197	14.690
Adiantamentos de clientes		4.179	2.776	46.638	32.357
Dividendos a pagar		4.029	2.888	4.029	2.888
Outros passivos		152	852	4.656	2.540
Total do passivo circulante		187.023	42.753	506.586	355.339
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	2.218.275	2.336.558	2.218.275	2.336.558
Passivos de arrendamento	12	17.852	-	298.374	270.138
Impostos diferidos passivos	9	113.222	265.320	113.222	265.320
Provisões para contingências	18	10	-	28.415	36.840
Provisão para perdas com investimento em controladas	13	175	-	-	-
Outros passivos		-	1	3.107	2.922
Total do passivo não circulante		2.349.534	2.601.879	2.661.393	2.911.778
Total do passivo		2.536.557	2.644.632	3.167.979	3.267.117
Patrimônio líquido					
Capital social	19	2.196.460	2.196.460	2.196.460	2.196.460
Reservas de capital		66.395	65.725	66.395	65.725
Reservas de lucros		662.910	296.032	662.910	296.032
Total do patrimônio líquido		2.925.765	2.558.217	2.925.765	2.558.217
Total do passivo e patrimônio líquido		5.462.322	5.202.849	6.093.744	5.825.334

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitru Educação S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	23	59.086	57.103	2.259.078	2.141.809
Custo dos serviços prestados	24	(26.343)	(23.588)	(776.278)	(746.646)
Lucro bruto		32.743	33.515	1.482.800	1.395.163
Despesas gerais e administrativas	24	(135.216)	(120.625)	(257.623)	(259.707)
Despesas com vendas	24	(73.241)	(63.651)	(408.815)	(397.720)
Perdas líquidas por impairment de ativos financeiros	8	(16.569)	(19.301)	(225.415)	(232.106)
Outras receitas (despesas) líquidas	25	(2.493)	(56.215)	(2.994)	(57.900)
Despesas operacionais		(227.519)	(259.792)	(894.847)	(947.433)
Resultado de equivalência patrimonial	13	776.220	589.887	-	-
Lucro operacional		581.444	363.610	587.953	447.730
Receitas financeiras	26	8.324	10.954	103.870	57.589
Despesas financeiras	26	(371.975)	(434.439)	(429.981)	(501.243)
Resultado financeiro		(363.651)	(423.485)	(326.111)	(443.654)
Lucro (prejuízo) antes do impostos		217.793	(59.875)	261.842	4.076
Impostos de renda correntes	9	-	-	(52.571)	(55.907)
Impostos de renda diferidos	9	152.098	348.627	160.620	340.583
Impostos de renda		152.098	348.627	108.049	284.676
Lucro do período		369.891	288.752	369.891	288.752
Lucro básico por ação (R\$)	20	2,77	2,15	2,77	2,15
Lucro diluído por ação (R\$)	20	2,55	2,06	2,55	2,06

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitru Educação S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.
(Em milhares de reais)



Lucro do período
Outros resultados abrangentes
Total do resultado abrangente do período

Controladora e Consolidado	
2025	2024
369.891	288.752
-	-
369.891	288.752

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Vitru Educação S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros		Lucro do período	Total
	Capital social	Remuneração com base em ações	Ações em tesouraria	Reserva por incorporação	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
31 de dezembro de 2023	2.031.408	43.605	-	-	10.854	164.366	-	2.250.233
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	288.752	288.752
Destinação do resultado	-	-	-	-	14.438	271.426	(285.864)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(2.888)	(2.888)
Aumento de capital	165.052	-	-	-	(686)	(164.366)	-	-
Incorporação reversa	-	-	-	20.215	-	-	-	20.215
Programa de opção de ações aos funcionários	-	5.730	-	-	-	-	-	5.730
Recompra de ações	-	-	(3.825)	-	-	-	-	(3.825)
31 de dezembro de 2024	2.196.460	49.335	(3.825)	20.215	24.606	271.426	-	2.558.217
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	369.891	369.891
Destinação do resultado	-	-	-	-	18.495	347.697	(366.192)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(3.699)	(3.699)
Programa de opção de ações aos funcionários	-	1.356	-	(686)	686	-	-	1.356
31 de dezembro de 2025	2.196.460	50.691	(3.825)	19.529	43.787	619.123	-	2.925.765

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitru Educação S.A.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		217.793	(59.875)	261.842	4.076
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização	24	125.758	126.146	224.600	216.203
Perdas líquidas por impairment de ativos financeiros	8	16.569	19.301	225.415	232.106
Provisão para vendas canceladas	8	-	-	22.506	3.342
Provisão para contingências		22	-	(1.121)	9.814
Provisão para juros, líquida do rendimento de aplicações financeiras		355.198	413.891	299.890	405.761
Remuneração baseada em ações	21	-	202	1.356	4.175
Perda na venda ou baixa de ativos não circulantes		2.309	55.454	3.871	55.941
Cancelamento de contratos de arrendamento		610	-	(479)	-
Resultado de equivalência		(776.220)	(589.887)	-	-
Varição de ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		(17.276)	(18.715)	(200.452)	(233.309)
Despesas antecipadas		(1.697)	(781)	(695)	(27.075)
Outros ativos		192	220	10.617	39.766
Fornecedores		1.294	(1.558)	(5.150)	24.640
Salários e encargos sociais		12.085	(21.053)	6.547	(15.314)
Outros impostos a pagar		6.904	4.105	(10.629)	(8.755)
Adiantamentos de clientes		1.403	874	14.281	(12.974)
Outras contas a pagar		2.449	(428)	5.451	(6.579)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(52.607)	(72.104)	857.850	691.818
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(74.449)	(53.482)
Juros pagos	12 / 16	(360.382)	(332.594)	(395.794)	(370.257)
Contingências pagas	18	(12)	-	(12.639)	(12.215)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(413.001)	(404.698)	374.968	255.864
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	14	(8.413)	(36)	(48.231)	(58.224)
Aquisição e capitalização de ativos intangíveis	15	(6.865)	(13.101)	(80.130)	(76.799)
Recebimento de valores na venda de imobilizado		-	-	-	1.075
Pagamento por aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido		(3.450)	-	(3.450)	-
Recebimento de dividendos / Aumento de capital	13	442.540	326.695	-	-
Caixa líquido recebido por efeito da incorporação reversa		-	4.206	-	4.206
Valor resgatado de (investido em) aplicações financeiras		12.461	20.869	(162.050)	(166.938)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		436.273	338.633	(293.861)	(296.680)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Pagamentos de passivos de arrendamento	12	(855)	-	(30.592)	(21.689)
Captação de empréstimos e financiamentos, líquidos dos custos de transação	16	-	1.833.492	-	1.833.492
Pagamento de debêntures	16	-	(1.740.869)	-	(1.740.869)
Prêmio pago por antecipação de debêntures		-	(15.247)	-	(15.247)
Pagamento de dividendos		(2.558)	(6.289)	(2.558)	(6.289)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(3.413)	71.087	(33.150)	49.398
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		19.859	5.022	47.957	8.582
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		6.087	1.065	21.553	12.971
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		25.946	6.087	69.510	21.553
		19.859	5.022	47.957	8.582

Consulte a Nota 29 para as principais transações em atividades de investimento e financiamento que não afetam o caixa.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitru Educação S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Receita de serviços	65.728	63.424	2.954.585	2.757.702
Outras receitas	(285)	(55.778)	1.163	(55.367)
Provisão para perda esperada de créditos, líquida de reversões	(16.569)	(19.301)	(225.415)	(232.106)
Deduções da receita	(5.195)	(4.785)	(605.053)	(531.651)
	<u>43.679</u>	<u>(16.440)</u>	<u>2.125.280</u>	<u>1.938.578</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas	(35.718)	(38.418)	(192.501)	(200.663)
Publicidade e propaganda	(6.793)	(8.848)	(283.621)	(276.108)
Materiais	(169)	(34)	(23.042)	(26.904)
Outros	(9.440)	(6.139)	(35.980)	(42.961)
	<u>(52.120)</u>	<u>(53.439)</u>	<u>(535.144)</u>	<u>(546.636)</u>
Valor adicionado bruto	(8.441)	(69.879)	1.590.136	1.391.942
Depreciação e amortização	(125.758)	(126.146)	(224.600)	(216.203)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>(134.199)</u>	<u>(196.025)</u>	<u>1.365.536</u>	<u>1.175.739</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	776.220	589.887	-	-
Receitas financeiras	8.822	11.453	109.337	60.845
Valor adicionado total a distribuir	<u>650.843</u>	<u>405.315</u>	<u>1.474.873</u>	<u>1.236.584</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	46.342	22.157	488.441	468.643
Benefícios	4.776	1.374	45.521	29.763
FGTS	1.917	952	44.233	36.230
	<u>53.035</u>	<u>24.483</u>	<u>578.195</u>	<u>534.636</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	(137.675)	(343.065)	27.525	(163.976)
Estaduais	-	-	90	-
Municipais	573	706	72.637	69.815
	<u>(137.102)</u>	<u>(342.359)</u>	<u>100.252</u>	<u>(94.161)</u>
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	364.773	434.439	422.153	501.243
Aluguéis	246	-	4.382	6.114
	<u>365.019</u>	<u>434.439</u>	<u>426.535</u>	<u>507.357</u>
Remuneração de capital próprio:				
Dividendos	3.699	2.888	3.699	2.888
Lucro retidos	366.192	285.864	366.192	285.864
	<u>369.891</u>	<u>288.752</u>	<u>369.891</u>	<u>288.752</u>
Valor adicionado distribuído	<u>650.843</u>	<u>405.315</u>	<u>1.474.873</u>	<u>1.236.584</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Vitru Educação S.A. ("Vitru" ou "Companhia") é uma Companhia privada brasileira, organizada e existente de acordo com as Leis do Brasil, constituída em 27 de setembro de 2014, cuja ações são negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, com o nome de pregão "VITRUEDUCA" e sob o código de negociação (ticker) "VTRU3". A sede da Companhia está localizada na rua Tenente Negrão, nº 100, 13º andar, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04530-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.512.706/0001-40.

A Companhia tem como atividades preponderantes investimentos em empresas prestadoras de serviços educacionais e a prestação de serviços de educação continuada a distância através da estrutura operacional de suas controladas. A Companhia e suas controladas (coletivamente, o "Grupo"), que têm como atividades preponderantes a prestação de serviços educacionais no Brasil, principalmente cursos de graduação e educação continuada, presenciais em seus doze campi em quatro estados, ou a distância, através de 2.533 centros de ensino ("polos") em todo o país.

A Administração analisou e concluiu que a Companhia possui capacidade para dar continuidade à suas operações. Dessa forma, essas Demonstrações financeiras foram elaboradas a base contábil de continuidade operacional.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de março de 2026.

2. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis consideradas materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras são do grupo constituído por Vitru Educação e suas controladas.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela remuneração baseada em ações, que tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados para o milhar mais próximo, salvo indicação contrária.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A tabela abaixo lista as controladas da Companhia:

Nome	Principais atividades	Localização	Tipo de Investimento	Participações diretas e indiretas	
				2025	2024
FAC Educacional Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial	Cuiabá - MS	Controlada	100%	100%
FAIR Educacional Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial	Rondonópolis - MT	Controlada	100%	100%
Rede Enem Serviços de Internet Ltda	Cursos Preparatórios	Florianópolis - SC	Controlada	100%	100%
UNIASSELVI - Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda	Cursos de graduação e educação continuada presencial e a distância	Indaial - SC	Controlada	100%	100%
UNICESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial e a distância	Maringá - PR	Controlada	100%	100%
UNIVINCI - Sociedade Educacional do Vale do Itapocu S/S Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial	Guaramirim - SC	Controlada	100%	100%
Centro de Formação Técnica e Profissional Unicesumar Ltda	Cursos técnicos	Maringá - PR	Controlada	100%	100%
Foco Educacional Cursos Ltda	Cursos técnicos	Garanhuns - PE	Controlada	100%	-

O Grupo consolida as informações financeiras de todas as entidades sobre as quais detém o controle. O controle é obtido quando o Grupo está exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos, passivos, receitas e despesas de uma subsidiária adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo até a data em que o Grupo deixa de ter o controle.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.

Alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizadas diretamente no patrimônio líquido. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado na demonstração do resultado.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

b) Acordos em conjunto

Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor, e não da estrutura legal do acordo em conjunto. O Grupo possui apenas operações em conjunto.

Operações em conjunto

O Grupo reconhece seu direito direto aos ativos, passivos, receitas e despesas de operações em conjunto e sua participação em quaisquer ativos, passivos, receitas e despesas mantidos em conjunto ou incorridos. Esses foram incorporados nas demonstrações financeiras sob as rubricas apropriadas. Os detalhes da operação em conjunto estão descritos na Nota 2.5.I.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.4. Classificação de circulante versus não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante.

Um ativo é classificado como circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período do balanço; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulante.

Um passivo é classificado como circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os outros passivos como não circulantes.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos e passivos não circulantes e apresentados pelo seu valor líquido por cada entidade do Grupo.

2.5. Resumo das principais políticas contábeis**a) Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal do ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

Uma mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante de mercado de gerar benefícios econômicos, usando o ativo em seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que usaria o ativo em seu maior e melhor uso.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados relevantes observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo que seja significativa para a mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Em cada data de balanço, o Grupo analisa a movimentação dos valores de ativos e passivos que precisam ser remensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis do Grupo. Para esta análise, o Grupo verifica os principais dados aplicados na última avaliação, confrontando as informações no cálculo da avaliação com os contratos e outros documentos relevantes.

O Grupo também compara a mudança no valor justo de cada ativo e passivo com fontes externas relevantes para determinar se a mudança é razoável.

Para fins de divulgação do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e no nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado acima.

b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

i. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais o Grupo aplicou o expediente prático, o Grupo mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"), ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros (SPPI)" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é referida como o teste SPPI e é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados como: ativos financeiros ao custo amortizado ou ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem principalmente 'Caixa e equivalentes de caixa', 'Aplicações financeiras' e 'contas a receber'.

O Grupo reclassifica ativos financeiros somente quando sua abordagem de negócios para gerenciar esses ativos muda.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR.

Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se falharem no teste de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Os ativos financeiros podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações correspondentes no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ganhos e perdas líquidos reconhecidos na demonstração do resultado inclui dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é basicamente desreconhecido (ou seja, removido do balanço patrimonial do Grupo) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando ele nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e obrigações retidos pelo Grupo.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor contábil do ativo e o valor máximo da contraprestação que o Grupo pode ser obrigado a restituir.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

Impairment de ativos financeiros

Outras divulgações relacionadas ao *impairment* de ativos financeiros também são fornecidas nas seguintes notas:

- Estimativas e premissas contábeis críticas - Nota 3
- Contas a receber - Nota 8

O Grupo reconhece a provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para contas a receber, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas de crédito com base em perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil em cada data de balanço. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 365 dias. Em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável que o Grupo receberá integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii. Passivos financeiros**Reconhecimento inicial e mensuração**

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo e, no caso do custo amortizado, líquidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, passivos de arrendamento e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR.

Passivos financeiros são considerados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Os ganhos ou perdas em passivos ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial do reconhecimento e somente se os critérios da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros forem atendidos. O Grupo designou seu passivo financeiro relacionado à remuneração baseada em ações ao VJR.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de reais)

Ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros remunerados são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesas financeiras na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem fornecedores, passivos de arrendamento e empréstimos e financiamentos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa consistem em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com risco insignificante de mudança de valor e considerado parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

d) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Esses gastos incluem adiantamento de despesas de marketing para parceiros, licenças de software pré-pago, prêmios de seguro e férias pré-pagas aos funcionários.

e) Ativos de indenização

Quando os acionistas vendedores das entidades adquiridas concordam contratualmente em indenizar o Grupo por valores que possam ser pagáveis em relação a ações judiciais referentes ao período sob sua responsabilidade, os ativos de indenização são registrados na proporção da respectiva provisão. Alterações subsequentes no valor reconhecido para o ativo de indenização podem ocorrer em relação à provisão para contingências, de acordo com mudanças na faixa de resultados ou com as premissas utilizadas para desenvolver a estimativa do passivo no momento da aquisição.

f) Arrendamentos

O Grupo arrenda escritórios, campi e equipamentos. Contratos de arrendamento são normalmente celebrados para períodos fixos de 1 a 20 anos, mas podem conter opções de prorrogação.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados devem ser segurados pelo arrendatário. Os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece passivos de arrendamento mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem efetuados ao longo do prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber, pagamentos variáveis de arrendamentos que dependem de índice ou de taxa, e valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos também incluem o preço de exercício de uma opção de compra se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que aciona o pagamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento, o Grupo utiliza a taxa incremental de empréstimo na data de início do arrendamento, se a taxa de juros implícita no arrendamento não for prontamente determinada. Após a data de início, o valor dos passivos de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma alteração no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos fixos na essência do arrendamento ou uma alteração na avaliação para comprar o ativo subjacente.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiros foi recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos nos passivos de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo a seus arrendamentos de propriedades de curto prazo (ou seja, aqueles que possuem um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm uma opção de compra). O Grupo também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por *impairment*, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os ativos de direito de uso estão sujeitos a *impairment*.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação média:
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% - 10%
Equipamentos de TI	20%
Livros da biblioteca	10%
Móveis, equipamentos e instalações	10%
Veículos	18%

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que o seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

O Grupo revisa anualmente a vida útil e o valor residual de seus ativos. Com base na revisão concluída para 31 de dezembro de 2025, o Grupo concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são consistentes com suas operações e que não há alterações no valor residual dos ativos.

h) Intangível

Software e desenvolvimento de projetos internos

As licenças de software são capitalizadas e seus custos são amortizados durante suas vidas úteis estimadas.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que ele esteja disponível para uso ou venda;
- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo;
- O software/projeto pode ser vendido ou usado;
- Os benefícios futuros associados ao software podem ser demonstrados;
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o design e para o uso ou venda do software/projeto; e
- As despesas atribuíveis ao software/projeto durante seu desenvolvimento podem ser mensuradas de forma confiável.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto do software/projeto, incluem os custos com empregados alocados desenvolvimento do software/projeto e uma parcela adequada das despesas relevantes.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento anteriormente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em um período subsequente.

Os custos de software e desenvolvimento de projetos reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas ao valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas registradas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas ao seu valor de custo menos a

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

Ágio

O ágio é mensurado como a diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o valor justo líquido dos ativos e passivos da adquirida e outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. No caso de uma compra vantajosa, o excesso do valor justo líquido dos ativos e passivos da adquirida sobre o preço de compra é reconhecido na demonstração do resultado na data da aquisição.

As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. O ágio é contabilizado ao seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas na alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio na entidade alienada.

Carteira de clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas ao valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas ao seu valor de custo menos a amortização acumulada.

Licenças de operação para ensino a distância

As licenças de ensino a distância correspondem ao direito de operar o ensino a distância em um determinado município, com autorização do Ministério da Educação, e para obter esses direitos, uma instituição deve atender a vários requisitos, onde a infraestrutura acadêmica e física é avaliada. Dessa forma, isso foi identificado e alocado à combinação de negócios do Grupo e avaliado como tendo uma vida útil indefinida, uma vez que a partir do momento em que essa licença é concedida, a probabilidade de perdê-la é praticamente nula.

As revisões de *impairment* das licenças de operação para ensino a distância são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. As licenças de operação para ensino a distância são contabilizadas ao seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas.

Material didático

Materiais didáticos adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos ao valor justo na data da aquisição. Os materiais didáticos têm uma vida útil definida e são contabilizados ao seu valor de custo menos a amortização acumulada.

Acordos de não-competição

Os acordos de não-competição adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos ao valor justo na data da aquisição. Os acordos de não-competição têm vida útil definida e são contabilizadas ao seu valor de custo menos a amortização acumulada.

Os ativos intangíveis da Companhia referem-se, principalmente, a acordos de não-competição, carteira de clientes, desenvolvimento de projetos internos, marcas registradas, materiais didáticos, licenças de operação para ensino a distância e softwares. Esses ativos são reconhecidos ao custo de aquisição ou desenvolvimento, quando aplicável, e são amortizados pelo método linear ao longo de suas respectivas vidas úteis estimadas (exceto pelas licenças de operação para ensino a distância, que não são amortizadas). As taxas médias anuais de amortização aplicáveis a cada classe de ativo intangível estão apresentadas a seguir:

	Taxa de amortização média:
Acordos de não-competição	13%
Carteira de clientes	18%
Desenvolvimento de projetos internos	23%
Marcas registradas	4%
Materiais didáticos	33%
Software	14% - 21%

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de reais)

i) Impairment de ativos não financeiros

O Grupo avalia, a cada data de balanço, se há uma indicação de que um ativo pode estar com perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma indicação, ou quando for necessário o teste anual de *impairment* para um ativo, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o valor justo de um ativo ou de uma Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa amplamente independentes das de outros ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para *impairment* com a finalidade de ajustar o valor contábil ao seu valor recuperável.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, adotando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Na determinação do valor justo menos custos de alienação, transações recentes de mercado são levadas em consideração. Se nenhuma dessas transações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado é usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotadas para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

O Grupo baseia seu cálculo de *impairment* com base em previsões e orçamentos financeiros, os quais são elaborados separadamente para cada UGC do Grupo à qual os ativos individuais estejam alocados. Esses orçamentos e cálculos de previsão geralmente cobrem um período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros depois do quinto ano.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou grupos de UGCs que se beneficiarão da combinação de negócios e licenças com vida útil indefinida em que o ágio surgiu. As unidades ou grupos de unidades são identificadas no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de gerenciamento interno, sendo os segmentos operacionais.

As perdas por *impairment* das operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data do balanço para determinar se existe um indicativo de que as perdas por *impairment* reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou UGC. Uma perda por *impairment* anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a data em que a última perda por *impairment* foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação), caso nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O ágio é testado para fins de *impairment* anualmente em 31 de dezembro e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O *impairment* é determinado para o ágio avaliando o valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGCs) à qual o ágio está relacionado. Quando o valor recuperável da UGC é menor que o seu valor contábil, é reconhecida uma perda por *impairment*. Perdas por *impairment* relacionadas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados anualmente quanto à redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de cada exercício no nível da UGC, quando apropriado, e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

j) Provisão para contingências

As provisões para contingências relativas a processos judiciais e administrativos envolvendo assuntos trabalhistas, fiscais e cíveis são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento na provisão em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

k) Remuneração baseada em ações

O Grupo oferece planos de ações a seus gerentes e executivos para a outorga de opções de ações emitidas pelo Grupo, que são liquidadas através da entrega de instrumentos de patrimônio (transações liquidadas com instrumentos de patrimônio).

O custo das transações liquidadas com instrumentos de patrimônio com funcionários é mensurado ao valor justo na data em que as opções são concedidas usando um modelo de avaliação apropriado. O custo é reconhecido como uma despesa de benefícios a empregados, com um aumento correspondente no patrimônio líquido (outras reservas de capital). A despesa total é reconhecida durante o período de aquisição de direito, que é o período no qual todas as condições de aquisição especificadas devem ser satisfeitas.

Condições por tempo de serviço e desempenho não relacionadas ao mercado não são levadas em consideração ao determinar o valor justo das opções na data da outorga, mas a probabilidade de as condições serem atendidas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo do número de instrumentos de patrimônio que finalmente serão adquiridos. As condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo da data da outorga. Quaisquer outras condições associadas a uma opção, mas sem um requisito de tempo de serviço associado, são consideradas condições de não aquisição. As condições de não aquisição são refletidas no valor justo de uma opção e levam ao reconhecimento imediato de uma despesa para uma opção, a menos que haja também condições por tempo de serviço e/ou desempenho.

Nenhuma despesa é reconhecida para opções que, no final das contas, não são adquiridas porque as condições de desempenho não relacionadas ao mercado e/ou por tempo de serviço não foram atendidas. Quando as opções incluem uma condição não relacionada ao mercado ou de não aquisição, as transações são tratadas como adquiridas, independentemente da condição não relacionada ao mercado ou de não aquisição ser satisfeita, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviço sejam atendidas.

Quaisquer recursos recebidos como resultado de um preço de exercício, líquido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados diretamente ao patrimônio líquido, como um aumento de capital para a emissão de novas ações da Companhia ou uma dedução de ações em tesouraria, quando disponíveis.

l) Receitas de contratos com clientes

A receita do Grupo consiste principalmente em mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada. O Grupo também gera receita com taxas de estudantes e certas atividades relacionadas à educação.

A receita de mensalidades é reconhecida ao longo do tempo quando os serviços são prestados ao cliente e o Grupo cumpre sua obrigação de desempenho nos termos do contrato por um valor que reflete a contraprestação a que o Grupo espera ter direito em troca desses serviços. As receitas de mensalidades são reconhecidas líquidas de bolsas de estudo e outros descontos, reembolsos e impostos.

Outras receitas são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que o Grupo espera ter direito em troca do serviço. Outras receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos.

Contas a receber

As contas a receber representam o direito do Grupo a uma contraprestação incondicional (isto é, apenas a passagem do tempo é necessária antes do vencimento da contraprestação). Consulte as políticas contábeis de ativos financeiros em Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente.

Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes (uma obrigação contratual) se referem à obrigação de transferir serviços para um cliente pelo qual o Grupo recebeu uma contraprestação (ou uma contraprestação é devida) do cliente, como resultado de mensalidades pré-pagas recebidas de estudantes e são reconhecidos separadamente no passivo circulante, quando o pagamento é recebido. Os adiantamentos de clientes são reconhecidos como receita quando o Grupo cumpre todas as obrigações relacionadas ao contrato, geralmente no mês seguinte.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

Operações em conjunto com parceiros de polos

Um polo é uma unidade operacional local que pode ser de propriedade do Grupo ou de terceiros (parceiros de polos) e tem a responsabilidade de oferecer aos alunos a estrutura necessária em termos de recursos audiovisuais, biblioteca e tecnologia da informação, para apoiar os cursos à distância.

O acordo contratual entre o Grupo e cada parceiro de polo é uma operação em conjunto e estabelece os direitos de cada parceiro de polo sobre as receitas relacionadas e as obrigações pelas respectivas despesas. Nesse sentido, as receitas de ensino a distância e as respectivas contas a receber são reconhecidas apenas para a parcela do direito do Grupo à receita conjunta. Como resultado, quando o Grupo recebe a mensalidade total do aluno, uma obrigação mensal para com o parceiro de polo é provisionada sob a rubrica fornecedores.

m) Resultado financeiro

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda é identificada em relação às contas a receber, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável, que corresponde aos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa efetiva de juros original do instrumento. Posteriormente, à medida que o tempo passa, as taxas de juros são incorporadas às contas a receber, a crédito de receita financeira. Essa receita financeira é calculada à mesma taxa de juros efetiva utilizada para calcular o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras incluem juros sobre empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos e variação cambial passiva, incorridos no curso normal das operações da Companhia.

n) Lucro por ação (LPA)

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo quaisquer custos de manutenção do patrimônio líquido que não sejam ações ordinárias;
- pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado por elementos de bônus sobre ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 20).

O lucro diluído por ação ajusta os valores utilizados na determinação do lucro básico por ação para levar em consideração:

- o efeito depois dos impostos de renda de juros e outros custos de financiamento associados a ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores, e
- a quantidade média ponderada de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

o) Impostos*Incentivos fiscais*

As empresas de ensino superior mantidas pelo Grupo fazem parte do Programa Universidade para Todos - Prouni, que estabelece, por meio da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais para instituições de ensino superior que oferecem em troca bolsas integrais e parciais para um certo número de estudantes de baixa renda matriculados em programas tradicionais de graduação e de graduação tecnológica. Os seguintes impostos federais estão incluídos na isenção:

- Impostos de renda: Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL");
- Contribuições sobre a receita: Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS").

Impostos de renda correntes

Os impostos de renda no Brasil são compostos por IRPJ e CSLL. De acordo com a legislação tributária brasileira, o IRPJ e a CSLL são avaliados e pagos por cada pessoa jurídica e não de forma consolidada. Os impostos de renda de cada entidade são calculados com base no lucro, ajustado ao lucro tributável pelas adições e exclusões previstas na legislação.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

Os impostos de renda correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente em relação ao programa Prouni, que permite a isenção desses impostos das atividades tradicionais e tecnológicas de graduação.

O benefício do programa ProUni para imposto de renda é baseado em um percentual fixo de bolsas aprovadas concedidas pelo governo federal aos alunos mediante solicitação de cada aluno e é deduzido da receita bruta da mensalidade durante toda a duração dos estudos de graduação do aluno (independentemente do valor da mensalidade definido previsto no contrato de prestação de serviços) e desde que o aluno continue cumprindo as exigências de bolsas impostas pelo governo a cada semestre durante o curso de graduação. O Grupo reconhece os benefícios econômicos das bolsas do ProUni como deduções fiscais, quando aplicável.

Os impostos de renda correntes ativos e passivos são mensurados ao valor previsto a ser ressarcido pelas, ou pago às, autoridades fiscais. Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia periodicamente as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado.

Impostos de renda diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, os impostos diferidos não são contabilizados se resultam do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente se for provável que lucro tributável futuro esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser usados para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não expiram.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países em geral são apresentados em separado, e não pelo valor líquido.

Impostos sobre vendas e outros

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não puderem ser recuperados pelas autoridades fiscais, nesse caso, o imposto sobre vendas será reconhecido como parte do custo de aquisição do item de ativo ou despesa, conforme aplicável.
- Quando os valores a receber ou a pagar são demonstrados com o valor dos impostos sobre vendas incluído.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperáveis ou a pagar à autoridade tributária, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou custo/despesa correspondente na demonstração do resultado.

As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, às seguintes alíquotas nominais:

PIS e COFINS são contribuições devidas ao governo federal brasileiro sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes do Grupo e reconhecidos como deduções da receita bruta contra impostos a pagar, pois estamos atuando como agentes de retenção na fonte em nome das autoridades fiscais. PIS e COFINS pagos sobre determinadas compras podem ser ativados como créditos tributários para compensar PIS e COFINS a pagar. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

mensalmente com os impostos a pagar e apresentados líquidos, uma vez que os valores são devidos à mesma autoridade tributária. PIS e COFINS são contribuições calculadas sob dois regimes diferentes, de acordo com a legislação tributária brasileira: método cumulativo e método não cumulativo.

O regulamento do Prouni define que as receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos são isentas de PIS e COFINS. Para as receitas de outras atividades de ensino, PIS e COFINS são cobrados com base no método cumulativo às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente, e para as atividades não-didáticas, PIS e COFINS são cobrados com base no método não cumulativo às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente.

ISS é um imposto devido aos municípios sobre as receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes do Grupo pelos serviços que o Grupo presta. Esses são reconhecidos como deduções da receita bruta contra impostos a pagar, uma vez que o Grupo atua como agente que recebe esses impostos em nome dos governos municipais. As alíquotas podem variar de 2,00% a 5,00%.

INSS é uma contribuição previdenciária devida sobre os salários pagos aos empregados.

2.6 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

a) Novas normas, interpretações e alterações adotadas pelo Grupo

O Grupo implementou as seguintes novas normas, interpretações e as alterações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Alterações ao IAS 21 - Falta de permutabilidade (efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025);
- OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de Emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO), (efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025).

b) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

- Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026).

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas alterações;

- esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de sistema eletrônico de transferência de dinheiro;
- esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério somente pagamentos de principal e juros (SPPI);
- adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI).

O Grupo não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando Eletricidade Dependente de Condições Naturais (vigentes para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026)

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

O IASB emitiu alterações específicas para contratos que referenciam eletricidade dependente de condições naturais, com o objetivo de esclarecer a aplicação dos requisitos de classificação, mensuração e divulgação previstos no IFRS 9 e no IFRS 7 a esses contratos.

O Grupo está avaliando os potenciais impactos dessas alterações e, preliminarmente, não espera efeitos materiais em suas demonstrações financeiras.

- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11 (vigentes para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026)

O IASB emitiu melhorias anuais com o objetivo de promover simplificações, correções e maior consistência entre as normas. As principais normas afetadas incluem:

- IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (CPC 37 (R1));
- IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (CPC 40 (R1));
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48);
- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (CPC 36 (R3)); e
- IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2)).

O Grupo não espera impactos materiais decorrentes dessas melhorias em suas demonstrações financeiras.

- IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (em vigor para períodos anuais começando em ou após 1º de janeiro de 2027).

Emitida em maio de 2024, a IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as Normas Contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos.

O Grupo não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- IFRS 18 Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras (em vigor para períodos anuais começando em ou após 1º de janeiro de 2027);

A IFRS 18 substituirá a IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração de desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação do novo padrão nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

A Companhia está em processo de determinação do impacto da aplicação do IFRS 18 sobre o grupo. O grupo elaborou um plano de transição e está em linha para apresentar suas primeiras demonstrações financeiras intermediárias em conformidade com o IFRS 18 para o período findo em 31 de março de 2027 e demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2027.

Espera-se que a demonstração dos fluxos de caixa seja impactada, uma vez que juros recebidos e custos de financiamento pagos deverão ser apresentados, em categorias diferentes das utilizadas atualmente.

Atualmente, o grupo apresenta um subtotal de lucro operacional. O grupo está realizando uma avaliação detalhada para determinar a classificação apropriada dos itens, de forma a assegurar que o subtotal de lucro operacional esteja em conformidade com os requisitos do IFRS 18.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

Atualmente, o grupo divulga uma medida de EBITDA ajustado aos seus investidores. O grupo espera que essa medida atenda à definição de medida de desempenho definida pela administração. O grupo está avaliando outras medidas atualmente divulgadas fora das informações financeiras e se estas atendem ou não à definição de medida de desempenho definida pela administração.

Em cada período de reporte subsequente, o grupo fornecerá uma atualização sobre o progresso em direção à transição ao IFRS 18.

c) Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional 132/2023, que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024.

A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos.

A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. Durante o período de transição, a Companhia está avaliando os efeitos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, inclusive quanto à recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS sob o novo regime para os exercícios subsequentes.

Até o momento, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estão analisando os potenciais impactos contábeis trazidos pela reforma, sem nenhuma manifestação formal até a presente data.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações. A incerteza sobre essas premissas e estimativas pode resultar em resultados que requeiram um ajuste relevante no valor contábil de ativos ou passivos afetados em períodos futuros. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Outras divulgações relacionadas à exposição do Grupo a riscos e incertezas incluem:

- Gestão de capital - Nota 6;
- Instrumentos financeiros: Objetivos e políticas para gestão de riscos - Nota 4.4
- Análises de sensibilidade - Nota 4.4

Estimativas e premissas

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. O Grupo baseou suas premissas e estimativas nos parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas. As circunstâncias e premissas existentes sobre desenvolvimentos futuros, no entanto, podem mudar devido a mudanças no mercado ou circunstâncias que surgem e estão fora do controle do Grupo. Tais mudanças são refletidas nas premissas em que ocorrem.

a) Impairment de ativos não financeiros

O *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") ou grupo de UGCs excede seu valor recuperável, definido como o maior entre seu valor justo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de alienação é baseado em dados disponíveis de transações de vendas vinculativas, conduzidas como se fosse com partes não relacionadas, para ativos similares ou preços observáveis de mercado menos custos incrementais de alienação do ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado (modelo "DCF"). Os fluxos de caixa são derivados do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reestruturação com as quais o Grupo ainda não se comprometeu ou investimentos futuros significativos que melhorarão o desempenho dos ativos da UGC sendo testada. O valor

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada para o modelo DCF, bem como as entradas de caixa futuras esperadas e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Essas estimativas são mais relevantes para o ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida reconhecidos pelo Grupo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável de cada UGC, incluindo uma análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 15.

b) Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação. Os dados desses modelos são obtidos de mercados observáveis sempre que possível, mas onde isso não for viável, é necessário um certo julgamento para estimar o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relacionadas a esses fatores poderiam afetar o valor justo registrado dos instrumentos financeiros. Consulte a Nota 5 para mais detalhes.

c) Perdas de crédito em contas a receber

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber, aplicando uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil em cada data de balanço. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. O Grupo considera que as contas a receber estão em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 365 dias. Em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável que o Grupo receba integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. As contas a receber são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. As informações sobre a provisão para perdas de créditos esperadas estão divulgadas na nota 8.

d) Provisão para contingências

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos, conforme divulgado na Nota 18. A provisão para contingências é constituída para todos os processos avaliados como perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

e) Prazo de arrendamento dos contratos com opções de renovação

O Grupo determina o prazo de arrendamento como o prazo contratual não cancelável e um prazo adicional equivalente ao mesmo período do contrato apenas quando o contrato estiver a menos de um ano do vencimento.

O Grupo tem a opção, de acordo com alguns de seus arrendamentos, de arrendar os ativos por prazos adicionais. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo o exercício da opção de renovação. Ou seja, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação. Após a data de início, o Grupo reavalia o prazo do arrendamentos

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que estão sob seu controle e afeta sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovar (por exemplo, uma mudança na estratégia de negócios).

f) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção da IFRS 16 / CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

g) Remuneração baseada em ações

A estimativa do valor justo para transações de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais apropriado e das premissas subjacentes, que dependem dos termos e condições da outorga e das informações disponíveis na data da outorga e em cada data de balanço, para a parcela referente à transações liquidadas em caixa.

O Grupo utiliza certas metodologias para estimar o valor justo, incluindo as seguintes:

- estimativa do valor justo com base em transações de patrimônio com terceiros próximos à data da outorga;
- outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como Black-Scholes.

Essas estimativas também exigem a determinação dos dados mais apropriados para os modelos de avaliação, incluindo premissas relativas à vida esperada de uma opção de ação, volatilidade esperada do preço das ações do Grupo e rendimento esperado de dividendos.

h) Realização de tributos

O imposto diferido ativo é reconhecido sobre os prejuízos fiscais não utilizados, desde que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

4. Ativos e passivos financeiros

4.1. Ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	25.946	6.087	69.510	21.553
Aplicações financeiras	22.197	27.656	675.934	428.973
Contas a receber	36.320	34.831	285.319	317.244
Total	84.463	68.574	1.030.763	767.770
Circulante	84.463	68.573	1.008.436	725.740
Não circulante	-	1	22.327	42.030

4.2. Passivos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ao custo amortizado				
Fornecedores	15.530	14.236	138.601	143.751
Passivos de arrendamento	21.461	-	364.760	326.456
Empréstimos e financiamentos	2.350.694	2.350.582	2.350.694	2.350.582
Total	2.387.685	2.364.818	2.854.055	2.820.789
Circulante	151.558	28.260	337.406	214.093
Não circulante	2.236.127	2.336.558	2.516.649	2.606.696

4.3. Valor Justo

O Grupo avaliou que os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber no ativo circulante, fornecedores e passivos de arrendamento se aproximam de seus valores contábeis em grande parte devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. As contas a receber no ativo não circulante e os passivos de arrendamento têm seu valor contábil descontado à sua respectiva taxa de juros efetiva, a fim de serem apresentadas o mais próximo possível de seu valor justo.

Os empréstimos e financiamentos são compostos pela terceira, quinta e sexta emissões de debêntures que estão registradas próximo ao valor justo, considerando que o custo financeiro é substancialmente composto por taxa variável.

4.4. Instrumentos financeiros: Objetivos e políticas para gestão de riscos

Os principais passivos financeiros do Grupo compreendem empréstimos e financiamentos, fornecedores e passivos de arrendamento. O principal objetivo desses passivos financeiros é financiar as operações do Grupo. Os principais ativos financeiros do Grupo incluem contas a receber, aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa que derivam diretamente de suas operações.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo monitora os riscos de mercado, crédito e operacional de acordo com os objetivos de gestão de capital e conta com o apoio, monitoramento e supervisão do Conselho de Administração nas decisões relacionadas à gestão de capital e seu alinhamento com os objetivos e riscos. A política do Grupo é que nenhuma negociação de derivativos para fins especulativos possa ser realizada. O Conselho de Administração revisa e concorda com as políticas de gerenciamento de cada um desses riscos, que estão resumidas abaixo.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mercado está relacionada ao risco de taxa de juros.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente a aplicações financeiras, passivos de arrendamento e empréstimos e financiamentos, sujeitos, em cada caso, a taxas de juros variáveis, principalmente o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (ou taxa de inflação do IPCA).

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma mudança razoavelmente possível nas taxas de juros das aplicações financeiras, contas a receber, passivos de arrendamento e empréstimos e financiamentos. Com todas as variáveis mantidas constantes, o lucro antes dos impostos do Grupo é afetado pelo impacto da taxa de juros variável, como segue:

	Saldo em 31/12/2025	Índice - % ao ano	Cenário provável	Risco	Aumento / redução na taxa de juros	
					Cenário possível 25%	Cenário remoto 75%
Aplicações financeiras	675.934	CDI - 14,32%	96.794	Redução	72.595	24.198
Contas a receber	5.032	IPCA - 4,26%	214	Redução	161	54
Passivos de arrendamento	364.760	IGP-M - (1,04)%	3.794	Aumento	4.742	6.639
Empréstimos e financiamentos	2.350.694	CDI - 14,32%	(336.619)	Aumento	(420.774)	(589.084)

O cenário provável reflete as taxas de fechamento dos juros prefixados e dos índices de inflação acumulados nos últimos 12 meses. O cenário possível projeta uma variação de 25% nessas taxas e, no cenário remoto, uma variação de 75%, tanto de alta quanto de baixa, sendo consideradas as maiores perdas resultantes do fator de risco.

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações sob um instrumento financeiro ou contrato com cliente, levando a uma perda financeira. O risco de crédito decorre da exposição do Grupo a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber.

O risco de crédito do cliente é gerenciado pelo Grupo com base na política, procedimentos e controles estabelecidos relacionados ao gerenciamento de risco de crédito de clientes. Os recebíveis de clientes pendentes são monitorados regularmente. Consulte a Nota 8 para informações adicionais sobre as contas a receber do Grupo.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria do Grupo, de acordo com a política do Grupo. Os investimentos de recursos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites atribuídos a cada contraparte.

A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito para os componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os valores contábeis de seus ativos financeiros.

d) Risco de liquidez

A Administração do Grupo é responsável por monitorar o risco de liquidez. Para atingir o objetivo do Grupo, a Administração revisa regularmente o risco e mantém reservas apropriadas, incluindo linhas de crédito bancário com instituições financeiras de primeira linha. A Administração também monitora continuamente os fluxos de caixa projetados e reais e a combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

Os principais requisitos de recursos financeiros utilizados pelo Grupo decorrem da necessidade de efetuar pagamentos a fornecedores, despesas operacionais e empréstimos e financiamentos.

Controladora Em 31 de dezembro de 2025	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	15.530	-	-	-	15.530
Passivos de arrendamento	4.534	9.015	9.015	17.656	40.220
Empréstimos e financiamentos	482.218	2.028.441	873.937	-	3.384.596
Total	502.282	2.037.456	882.952	17.656	3.440.346

Consolidado Em 31 de dezembro de 2025	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	138.601	-	-	-	138.601
Passivos de arrendamento	70.982	129.747	102.530	391.515	694.774
Empréstimos e financiamentos	482.218	2.028.441	873.937	-	3.384.596
Total	691.801	2.158.188	976.467	391.515	4.217.971

5. Valor justo

O Grupo avaliou que os valores justos dos instrumentos financeiros a custo amortizado, tais como caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, recebíveis comerciais correntes e contas a pagar comerciais se aproximam de suas quantias escrituradas em grande parte devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. Os empréstimos e financiamentos são compostos pela terceira, quinta e sexta emissões de debêntures, sendo que as mesmas estão registradas próximo ao valor justo, considerando que o custo financeiro é substancialmente composto por taxa variável.

6. Gerenciamento de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar o pressuposto de continuidade operacional para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo administra sua estrutura de capital e faz ajustes à luz de mudanças nas condições econômicas. Para manter e ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver capital aos acionistas ou emitir novas ações.

O Grupo possui uma estrutura de capital impactada por sua estratégia de crescimento orgânica. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gerenciamento de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O capital é administrado considerando a posição consolidada no nível da Companhia, mas também observando eventuais limitações e covenants financeiros.

O Grupo possui os seguintes covenants vinculados aos títulos de debêntures emitidos:

Dívida Financeira Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a:

3,0 x (três vezes), a ser verificado com base nas informações financeiras trimestrais consolidadas e revisadas da Emissora, sendo a apuração inicial com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e nos trimestres subsequentes até o vencimento das debêntures.

EBITDA Ajustado / Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a:

2,0x (duas vezes), a ser verificado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora, sendo a apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e nos trimestres subsequentes até o vencimento das Debêntures.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

A não observância, pela Emissora, de qualquer dos índices financeiros acima causa o vencimento antecipado não automático das debêntures. Os índices financeiros serão apurados conforme indicado abaixo, com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas e/ou informações trimestrais consolidadas da Emissora, verificados pelo Agente Fiduciário até a Data de Vencimento e/ou pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, o que ocorrer primeiro, a serem calculados com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora, devidamente auditadas ou revisadas de acordo com as normas contábeis aplicáveis, pelos auditores independentes contratados pela Emissora.

Para fins deste item:

“Dívida Financeira” significa com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora, qualquer valor devido, no Brasil ou no exterior, em decorrência exclusivamente de (i) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo arrendamento mercantil (exceto aluguel de imóveis), *leasing* financeiro, títulos de renda fixa, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares; (ii) aquisições a pagar; (iii) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos (sendo que o referido saldo será líquido do que já estiver classificado no passivo circulante e no passivo não circulante); (iv) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas respectivas demonstrações financeiras; e (v) obrigações decorrentes de resgate de valores mobiliários representativos do capital social e pagamento de dividendos ou lucros declarados e não pagos, se aplicável, sendo certo que a Dívida Financeira não considerará passivos referentes a arrendamentos mercantis (aluguel de imóveis);

“Dívida Financeira Líquida” significa com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora, a sua Dívida Financeira deduzida, exclusivamente, do somatório do caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus;

“EBITDA Ajustado” significa com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, exclusivamente, o lucro líquido do período, acrescido dos tributos (correntes e diferidos) sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras, das depreciações, amortizações e exaustões (incluindo despesas de *impairment*), dos juros e multas sobre mensalidades em atraso, das despesas com planos de *stock Options*, da linha de Outras Despesas e Receitas, e das despesas com M&A, oferta de ações e reestruturações, todos calculados de acordo com as definições do release de resultados da Emissora mais recente, sendo certo que, ademais, o EBITDA Ajustado deverá considerar as despesas com aluguéis pagos;

“Resultado Financeiro Líquido” significa Receitas Financeiras menos (-) Despesas Financeiras;

“Receitas Financeiras” significa o somatório, exclusivamente, dos juros sobre aplicações financeiras, juros sobre empréstimos e mútuos ativos, variações monetárias e cambiais ativas, e receitas relacionadas a *hedge*/derivativos; e

“Despesas Financeiras” significa o somatório, exclusivamente, dos juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas a *hedge*/derivativos, juros ou multas por atraso e/ou não pagamento de obrigações, excluindo juros sobre capital próprio e despesas com aluguéis pagos, sendo certo que, serão expurgados de tal rubrica os efeitos e custos contábeis decorrentes de eventual pré-pagamento (ou amortização) de dívidas de emissão da Companhia nas medições do Índice Financeiro a serem realizadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referente ao exercício social a encerrar em 31 de dezembro de 2025 e nas informações trimestrais consolidadas da Emissora referentes a todos os trimestres de 2026.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o Grupo está cumprindo todos os covenants atingindo os seguintes índices:

Dívida Financeira Líquida / EBITDA Ajustado: 1,99

EBITDA Ajustado / Resultado Financeiro Líquido: 2,66

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

7. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	25.946	6.087	69.510	21.553
Aplicações financeiras (i)	22.197	27.656	675.934	428.973

(i) Aplicações financeiras são compostas por depósitos em fundos com liquidez diária, indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Em 31 de dezembro de 2025, os juros médios dessas aplicações foram de 14,21% a.a., correspondentes a 99,22% do CDI.

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mensalidades	65.104	62.560	464.961	456.950
Programas de financiamento ao aluno (i)	-	-	44.120	45.197
FIES e UNIEDU Créditos Garantidos	-	-	31.817	41.077
Provisão para vendas canceladas	-	-	(37.998)	(15.492)
Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber	(28.784)	(27.729)	(217.581)	(210.488)
Total de contas a receber	36.320	34.831	285.319	317.244
Circulante	36.320	34.830	262.992	275.214
Não circulante	-	1	22.327	42.030

(i) Programas de financiamento ao aluno, por meio dos quais os participantes recebem uma dedução calculada com base em um percentual fixo aplicado sobre o valor bruto das mensalidades dos serviços educacionais ao longo de toda a duração do curso de graduação. Após a conclusão do curso, os alunos restituem, em parcelas mensais atualizadas, os valores deduzidos, pelo prazo adicional equivalente ao período originalmente previsto para a graduação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Recebíveis a vencer	40.690	43.585	192.671	215.374
Recebíveis vencidos				
De 1 a 30 dias	3.204	181	63.303	51.200
De 31 a 60 dias	2.390	2.241	37.868	35.985
De 61 a 90 dias	2.259	2.068	38.184	37.153
De 91 a 180 dias	6.187	5.699	70.821	66.375
De 181 a 365 dias	10.374	8.786	138.051	137.137
Provisão para cancelamento de receita	-	-	(37.998)	(15.492)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(28.784)	(27.729)	(217.581)	(210.488)
	36.320	34.831	285.319	317.244

Os cancelamentos consistem em deduções à receita para ajustá-la à extensão que seja provável que não será revertida, relacionada a solicitações de alunos que não participaram de aulas e não reconhecem o serviço prestado ou estão insatisfeitos com os serviços prestados, geralmente porque não se adaptaram à plataforma ou à sua própria escolha de assunto. Uma provisão para cancelamento é estimada usando o método do valor esperado, que considera a experiência acumulada e é atualizado no final de cada período para mudanças nas expectativas.

As alterações na provisão para cancelamento de receita do Grupo são as seguintes:

	Consolidado	
	2025	2024
No início do exercício	(15.492)	(12.150)
Adições	(61.621)	(17.096)
Reversões	39.115	13.754
No final do exercício	(37.998)	(15.492)

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

O Grupo registra a provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber mensalmente, analisando os valores faturados no mês, o volume mensal de recebíveis e os respectivos valores pendentes por faixa de pagamento em atraso, calculando o desempenho de recuperação. De acordo com essa metodologia, o valor faturado mensalmente e cada faixa de pagamento em atraso recebe uma porcentagem da probabilidade de perda acumulada de forma recorrente.

Quando o atraso excede 365 dias, o recebível é baixado. Mesmo para créditos baixados, os esforços de cobrança continuam e seu recebimento é reconhecido diretamente na demonstração do resultado, quando incorrido, como recuperação de perdas.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas do Grupo é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
No início do exercício	(27.729)	(20.137)	(210.488)	(268.314)
Baixa de incobráveis	15.514	11.709	218.322	289.932
Provisão líquida de reversões	(16.569)	(19.301)	(225.415)	(232.106)
No final do exercício	(28.784)	(27.729)	(217.581)	(210.488)

9. Impostos de renda correntes e diferidos

a) Reconciliação dos impostos de renda na demonstração do resultado

Os impostos de renda divergem do valor teórico que seria obtido usando as alíquotas nominais de impostos de renda aplicáveis aos resultados das entidades do Grupo, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes dos impostos	217.793	(59.875)	261.842	4.076
Alíquota nominal combinada de impostos de renda	34%	34%	34%	34%
Impostos de renda às alíquotas nominais	(74.050)	20.358	(89.026)	(1.386)
Receita isenta de tributação - benefício Prouni (i)	-	-	215.358	182.072
Benefícios fiscais - (PAT, Empresa Cidadã e Lei do Bem)	-	-	8.827	4.065
Imposto diferido ativo não reconhecido sobre prejuízos fiscais (ii)	-	-	(3.480)	(3.269)
Reconhecimento de imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal de períodos anteriores (iii)	-	128.078	-	128.078
Despesas não dedutíveis	130	(370)	(12.027)	(24.863)
Juros sobre capital próprio	(26.253)	-	-	-
Resultado de equivalência de controladas	263.915	200.561	-	-
Outros	(11.644)	-	(11.603)	(21)
Total do imposto de renda e da contribuição social	152.098	348.627	108.049	284.676
Alíquota efetiva	(70)%	582%	(41)%	(6.984)%
Despesa de impostos de renda correntes	-	-	(52.571)	(55.907)
Receita de impostos de renda diferidos	152.098	348.627	160.620	340.583

(i) O Programa Universidade para Todos - Prouni, estabelece, através da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de certos impostos federais para instituições de ensino superior que concedem bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda matriculados nos programas de graduação tradicional e graduação tecnológica. As empresas de ensino superior do Grupo estão incluídas neste programa.

(ii) Algumas das controladas do Grupo possuem uma parcela de seus prejuízos fiscais sem previsão de realização e, por consequência, não reconhecida como ativo diferido.

(iii) A administração da Companhia autorizou a implantação de um plano de reestruturação societária o qual foi implementado em janeiro de 2026, para que a Companhia se torne uma holding operacional, desenvolva parte das atividades e tenha uma estrutura mais eficiente. A reestruturação societária também tem objetivo de simplificação de estrutura societária, melhor administração financeira e uma possível eficiência fiscal. Como efeito do plano de reestruturação a Companhia espera ter receita tributária a partir do primeiro semestre de 2026 e de acordo com a expectativa de realização dos prejuízos fiscais a serem compensados até 2035.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

10. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	2.238	578	12.826	13.006
Adiantamentos aos parceiros de polos	634	873	11.966	16.830
Marketing	-	-	9.779	5.746
Adiantamentos a funcionários	458	123	5.445	2.142
Licenças de software	57	192	5.055	5.787
Seguros	206	210	429	463
Outros	193	113	1.980	2.811
Despesas antecipadas	3.786	2.089	47.480	46.785
Circulante	3.730	2.054	43.572	43.600
Não circulante	56	35	3.908	3.185

11. Adiantamentos a polos parceiros

Os adiantamentos a polos parceiros são valores em dinheiro transferidos para os polos que são apropriados conforme o prazo do contrato:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos realizados	132	188	70.846	80.595
Total de adiantamentos a parceiros	132	188	70.846	80.595
Circulante	132	188	28.674	26.306
Não circulante	-	-	42.172	54.289

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2025	-	188	-	26.306
2026	114	-	28.674	23.709
2027	12	-	22.811	21.046
2028 - 2032	6	-	19.361	9.534
Em 31 de dezembro	132	188	70.846	80.595

12. Arrendamentos

A seguir são apresentados os valores contábeis dos ativos de direito de uso do Grupo relacionados a edificações usadas como escritórios e polos, passivos de arrendamento e a movimentação durante o período:

Controladora	Ativo de direito de uso	Passivos de arrendamento
	2025	2025
Em 01 de janeiro	-	-
Novos contratos	18.212	18.212
Remensuração pelo índice (i)	1.536	1.536
Despesa de depreciação	(1.994)	-
Cancelamento de contratos	(530)	80
Provisão para juros	-	3.187
Pagamento de principal	-	(855)
Pagamento de juros	-	(699)
Em 31 de dezembro	17.224	21.461
Circulante	-	3.609
Não circulante	17.224	17.852

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

Consolidado	Ativo de direito de uso		Passivos de arrendamento	
	2025	2024	2025	2024
Em 01 de janeiro	334.133	349.683	326.456	327.834
Novos contratos	26.088	11.801	26.088	11.801
Remensuração pelo índice (i)	44.815	8.510	44.815	8.510
Despesa de depreciação	(40.888)	(35.861)	-	-
Cancelamento de contratos	(4.016)	-	(4.495)	-
Provisão para juros	-	-	38.599	37.663
Pagamento de principal	-	-	(30.592)	(21.689)
Pagamento de juros	-	-	(36.111)	(37.663)
Em 31 de dezembro	360.132	334.133	364.760	326.456
Circulante	-	-	66.386	56.318
Não circulante	360.132	334.133	298.374	270.138

(i) Os passivos de arrendamento e os ativos de direito de uso foram aumentados devido aos preços de aluguel anuais ajustados contratualmente pela taxa de inflação do mercado – Índice Geral de Preços do Mercado ou IGP-M.

O Grupo reconheceu uma despesa de aluguel de arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor de R\$ 4.382 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (2024 - R\$ 6.114), representado principalmente por arrendamentos de equipamentos de telefonia e informática.

Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Consolidado	31/12/2025	
	Nominal	Ajuste a valor presente
Fluxos de caixa		
Contraprestação a pagar	694.774	(330.014)
PIS/COFINS potencial (9,25%)	64.267	(30.526)

Abaixo a Companhia divulga os *inputs* mínimos para projeção do modelo de taxa nominal e fluxo de caixa nominal requerido pela CVM. Taxa média ponderada e inflação projetada:

	até 12 meses	de 13 a 24 meses	de 25 a 36 meses	de 37 a 48 meses	acima de 48 meses
Taxa média ponderada	11,72%	11,90%	11,91%	11,93%	12,02%
Inflação projetada	4,05%	3,80%	3,50%	3,50%	3,50%

A taxa média ponderada corresponde a taxa de desconto considerada nos contratos de arrendamento vigentes agrupados por período de vencimento. A inflação projetada é demonstrada para fins de cálculos do fluxo de caixa, conforme tabela acima. A fonte considerada é o relatório Focus do Banco Central.

A maturidade dos contratos é apresentada na nota 4.4 (Risco de liquidez).

13. Investimentos em controladas
Composição dos investimentos da Controladora:

	31/12/2025	31/12/2024
Equivalência patrimonial	1.279.605	1.021.783
Ágio e outros ativos intangíveis gerados por combinação de negócios	3.958.376	4.077.649
Total Investimentos	5.237.981	5.099.432
Investimento em controladas	5.238.156	5.099.432
Provisão para perdas com investimento em controladas	(175)	-
	5.237.981	5.099.432

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de reais)

Movimentação dos investimentos da Controladora:
Movimentação equivalência patrimonial:

Controladas	UNIASSELVI	UNICESUMAR	FAMEG	FAIR	FAC	Rede Enem	Centro de Formação	Foco Educacional	TOTAL
Valor do Patrimônio Líquido em 31/12/2024	493.271	520.201	2.290	2.973	2.908	40	-	-	
Lucro (prejuízo) no exercício findo em 31/12/2024	110.705	488.775	(4.355)	(1.301)	(2.517)	(1.420)	-	-	
% participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	-	-	
Valor do Patrimônio Líquido em 31/12/2025	693.257	578.770	3.319	2.121	2.231	(175)	50	32	
Lucro (prejuízo) no exercício findo em 31/12/2025	293.950	492.513	(3.171)	(2.552)	(2.677)	(1.765)	(50)	(28)	
% participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Em 31 de dezembro de 2023	432.300	311.426	2.778	3.074	3.425	60	-	-	753.063
Programa de opção de ações	5.528	-	-	-	-	-	-	-	5.528
Aumento de capital	24.000	-	4.100	1.200	2.000	1.400	-	-	32.700
Distribuição de dividendos	(79.162)	(280.000)	(233)	-	-	-	-	-	(359.395)
Equivalência patrimonial	110.705	488.775	(4.355)	(1.301)	(2.517)	(1.420)	-	-	589.887
Em 31 de dezembro de 2024	493.371	520.201	2.290	2.973	2.908	40	-	-	1.021.783
Programa de opção de ações	1.356	-	-	-	-	-	-	-	1.356
Aumento de capital	-	-	4.200	1.700	2.000	1.550	100	60	9.610
Distribuição de dividendos	(52.150)	(400.000)	-	-	-	-	-	-	(452.150)
Juros sobre capital próprio	(43.270)	(33.944)	-	-	-	-	-	-	(77.214)
Equivalência patrimonial	293.950	492.513	(3.171)	(2.552)	(2.677)	(1.765)	(50)	(28)	776.220
Em 31 de dezembro de 2025	693.257	578.770	3.319	2.121	2.231	(175)	50	32	1.279.605

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de reais)

Ágio e outros ativos intangíveis gerados por combinação de negócios:

	2025	2024
Em 01 de janeiro	4.077.649	4.258.016
Aquisição Foco Educacional (i)	300	-
Amortização de outros intangíveis gerados em combinação de negócios	(119.573)	(124.913)
Baixa de outros intangíveis gerados em combinação de negócios	-	(55.454)
Em 31 de dezembro	3.958.376	4.077.649

(i) Aquisição Foco Educacional: Em 1º de abril de 2025, a Companhia adquiriu a empresa Foco Educacional Cursos Ltda., empresa do setor de educação de cursos técnicos no estado de Pernambuco. A aquisição foi por R\$ 300, sendo que R\$ 150 foram pagos na data da compra e outros R\$ 150 serão pagos após a aprovação do credenciamento dos cursos técnicos, conforme previsto em contrato.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de reais)

14. Imobilizado

	Equipamentos de TI	Móveis, equipamentos e instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento (i)	TOTAL
Controladora					
Em 31 de dezembro de 2024					
Valor residual	—	—	—	36	36
<i>Custo</i>	—	—	—	36	36
<i>Depreciação acumulada</i>	—	—	—	—	—
Aquisições	485	3.446	—	4.482	8.413
Transferências	—	—	4.363	(4.363)	—
Baixas	—	—	(30)	(4)	(34)
Depreciação	(13)	(105)	(67)	—	(185)
Em 31 de dezembro de 2025					
Valor residual	472	3.341	4.266	151	8.230
<i>Custo</i>	485	3.446	4.333	151	8.415
<i>Depreciação acumulada</i>	(13)	(105)	(67)	—	(185)

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de reais)

Consolidado	Equipamentos de TI	Móveis, equipamentos e instalações	Livros da biblioteca	Veículos	Terrenos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento (i)	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2023								
Valor residual	36.764	87.445	3.398	644	4.566	63.207	9.828	205.852
<i>Custo</i>	77.215	150.692	38.363	4.376	4.566	94.681	9.828	379.721
<i>Depreciação acumulada</i>	(40.451)	(63.247)	(34.965)	(3.732)	—	(31.474)	—	(173.869)
Aquisições	11.043	34.737	725	—	—	792	10.927	58.224
Transferências	—	—	—	—	—	7.753	(7.753)	—
Baixas	(1.492)	(1.206)	—	—	—	(675)	(863)	(4.236)
Incorporação reversa	20	—	—	—	—	—	—	20
Depreciação	(7.132)	(11.486)	(856)	(262)	—	(2.813)	—	(22.549)
Em 31 de dezembro de 2024								
Valor residual	39.203	109.490	3.267	382	4.566	68.264	12.139	237.311
<i>Custo</i>	86.612	184.068	38.968	4.149	4.566	102.596	12.139	433.098
<i>Depreciação acumulada</i>	(47.409)	(74.578)	(35.701)	(3.767)	—	(34.332)	—	(195.787)
Aquisições	3.322	32.180	317	516	—	435	11.461	48.231
Transferências	—	41	—	—	—	19.077	(19.118)	—
Baixas	(8)	(165)	—	—	—	(5)	(4)	(182)
Depreciação	(6.933)	(14.128)	(879)	(140)	—	(4.083)	—	(26.163)
Em 31 de dezembro de 2025								
Valor residual	35.584	127.418	2.705	758	4.566	83.688	4.478	259.197
<i>Custo</i>	89.918	216.099	39.256	4.626	4.566	122.107	4.478	481.050
<i>Depreciação acumulada</i>	(54.334)	(88.681)	(36.551)	(3.868)	—	(38.419)	—	(221.853)

Não há evidências de que os valores contábeis do imobilizado excedam os valores recuperáveis.

(i) Referem-se a obras em andamento para melhorias nas instalações utilizadas pelo Grupo, relacionadas à acessibilidade e modernização das instalações.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de reais)

15. Intangível

Controladora	Software	Desenvolvimento de projetos internos	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2023			
Valor residual	3.831	13.780	17.611
<i>Custo</i>	4.387	13.907	18.294
<i>Amortização e impairment acumulados</i>	(556)	(127)	(683)
Aquisição e capitalização	—	13.091	13.091
Transferências	104	(104)	—
Baixas	—	—	—
Amortização	(862)	(362)	(1.224)
Em 31 de dezembro de 2024			
Valor residual	3.073	26.405	29.478
<i>Custo</i>	4.491	26.894	31.385
<i>Amortização e impairment acumulados</i>	(1.418)	(489)	(1.907)
Aquisição e capitalização	5.650	1.215	6.865
Transferências	23.633	(23.633)	—
Baixas	(2.265)	(10)	(2.275)
Amortização	(3.408)	(598)	(4.006)
Em 31 de dezembro de 2025			
Valor residual	26.683	3.379	30.062
<i>Custo</i>	31.291	4.466	35.757
<i>Amortização e impairment acumulados</i>	(4.608)	(1.087)	(5.695)

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de reais)

Consolidado	Software	Desenvolvimento de projetos internos	Marcas registradas (i)	Licenças de operação para ensino a distância	Licenças de operação de cursos de medicina (ii)	Acordos de não-competição	Carteira de clientes	Materiais didáticos	Ágio por rentabilidade futura	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2023										
Valor residual	80.970	75.695	375.978	1.458.209	55.454	214.317	206.641	12.307	1.862.589	4.342.160
<i>Custo</i>	<i>178.303</i>	<i>124.449</i>	<i>437.390</i>	<i>1.458.209</i>	<i>55.454</i>	<i>283.242</i>	<i>395.220</i>	<i>33.928</i>	<i>1.930.042</i>	<i>4.896.237</i>
<i>Amortização e impairment acumulados</i>	<i>(97.333)</i>	<i>(48.754)</i>	<i>(61.412)</i>	—	—	<i>(68.925)</i>	<i>(188.579)</i>	<i>(21.621)</i>	<i>(67.453)</i>	<i>(554.077)</i>
Aquisição e capitalização	16.318	60.481	—	—	—	—	—	—	—	76.799
Transferências	1.144	(1.144)	—	—	—	—	—	—	—	—
Baixas	—	(214)	—	—	(55.454)	—	—	—	—	(55.668)
Amortização	(21.863)	(18.572)	(17.887)	—	—	(36.062)	(54.548)	(8.861)	—	(157.793)
Em 31 de dezembro de 2024										
Valor residual	76.569	116.246	358.091	1.458.209	—	178.255	152.093	3.446	1.862.589	4.205.498
<i>Custo</i>	<i>195.843</i>	<i>183.561</i>	<i>437.390</i>	<i>1.458.209</i>	—	<i>283.242</i>	<i>395.220</i>	<i>33.928</i>	<i>1.930.042</i>	<i>4.917.435</i>
<i>Amortização e impairment acumulados</i>	<i>(119.274)</i>	<i>(67.315)</i>	<i>(79.299)</i>	—	—	<i>(104.987)</i>	<i>(243.127)</i>	<i>(30.482)</i>	<i>(67.453)</i>	<i>(711.937)</i>
Aquisição e capitalização	16.169	63.963	(2)	—	—	—	—	—	300	80.430
Transferências	55.271	(55.271)	—	—	—	—	—	—	—	—
Baixas	(3.081)	(608)	—	—	—	—	—	—	—	(3.689)
Amortização	(23.706)	(21.900)	(17.887)	—	—	(36.061)	(54.549)	(3.446)	—	(157.549)
Em 31 de dezembro de 2025										
Valor residual	121.222	102.430	340.202	1.458.209	—	142.194	97.544	—	1.862.889	4.124.690
<i>Custo</i>	<i>263.570</i>	<i>191.656</i>	<i>437.388</i>	<i>1.458.209</i>	—	<i>283.242</i>	<i>395.220</i>	<i>33.928</i>	<i>1.930.342</i>	<i>4.993.555</i>
<i>Amortização e impairment acumulados</i>	<i>(142.348)</i>	<i>(89.226)</i>	<i>(97.186)</i>	—	—	<i>(141.048)</i>	<i>(297.676)</i>	<i>(33.928)</i>	<i>(67.453)</i>	<i>(868.865)</i>

(i) O grupo detém os direitos de diversas marcas, como Assevim, FAC, FAIR, FAMESUL e outras, no entanto, as marcas Uniasselvi e Unicesumar são as únicas reconhecidas como ativo intangível, em decorrência de combinação de negócios.

(ii) A Companhia realizou a baixa do ativo intangível Licenças de operação de cursos de medicina, devido o reconhecimento do ativo ter sido atrelado à vagas adicionais de medicina no campus de Corumbá – MS onde, na data do fechamento da combinação de negócios, foi avaliada uma probabilidade de serem concedidas 40 vagas adicionais às 50 já existentes, dentro de 100 vagas possíveis. Em 2024 o MEC indeferiu esse pedido de vagas adicionais, levando ao impairment do ativo.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de reais)

Teste de *impairment* de ativos intangíveis de vida útil indefinida

O ágio e as licenças de operação para ensino à distância foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), que estão identificadas ao nível dos principais produtos do Grupo. O resumo da alocação dos ativos intangíveis de vida útil indefinida e as principais premissas para as UGCs que possuem ágio significativo alocado a elas são apresentados abaixo:

Segmento operacional	Ensino à distância		Educação continuada		Graduação presencial	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Alocação por segmento operacional						
Ágio por rentabilidade futura	1.398.488	1.398.488	33.296	32.996	431.105	431.105
Licenças de operação para ensino a distância	1.425.894	1.425.894	32.315	32.315	-	-
Ativos intangíveis sem vida útil	2.824.382	2.824.382	65.611	65.311	431.105	431.105
Premissas chave:						
Taxa de crescimento da receita operacional (i)	5,2%	8,2%	19,3%	22,6%	4,2%	4,0%
Taxa de desconto (ii)	13,5%	13,4%	13,5%	13,4%	13,5%	13,4%
Taxa de continuidade (iii)	4,0%	3,0%	4,0%	3,0%	4,0%	3,0%
Margem bruta (iv)	73,4%	71,6%	86,1%	88,8%	51,4%	51,9%

(i) A taxa de crescimento da receita operacional líquida é baseada no crescimento histórico da base de alunos e nas expectativas da administração em relação ao desenvolvimento do mercado.

(ii) A taxa de desconto antes dos impostos reflete riscos específicos relativos ao segmento e país em que o Grupo atua.

(iii) A taxa de continuidade não excede a taxa média de crescimento de longo prazo para o setor da educação em que a UGC opera e é composta principalmente pela inflação esperada.

(iv) A margem bruta orçada é a margem média como percentagem da receita durante o período de previsão de cinco anos. Baseia-se nos níveis atuais de margem de vendas e está alinhado com o histórico operacional do Grupo e as expectativas da administração para o desempenho futuro.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGCs) foi determinado com base em cálculos do valor em uso que requerem a utilização de premissas. Os cálculos utilizam projeções de fluxo de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração abrangendo um período de cinco anos. Os fluxos de caixa para além do período de cinco anos são extrapolados utilizando as taxas de crescimento de longo prazo estimadas acima indicadas.

Não houve redução ao valor recuperável do ágio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos
Controladora e Consolidado
a) Composição

<u>Tipo</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Debêntures	De CDI + 1,75% até CDI + 2,45% a.a.	Nov/26 à Out/30	2.350.694	2.350.582
Empréstimos e Financiamentos			<u>2.350.694</u>	<u>2.350.582</u>
Circulante			132.419	14.024
Não circulante			2.218.275	2.336.558

b) Movimentação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Em 01 de janeiro	<u>2.350.582</u>	<u>2.181.819</u>
Captações / Novas emissões	-	1.833.492
Reconhecimento de juros	359.795	408.734
Pagamento de principal	-	(1.740.869)
Pagamento de juros	(359.683)	(332.594)
Em 31 de dezembro	<u>2.350.694</u>	<u>2.350.582</u>

c) Vencimento

2026	132.419
2027	518.335
2028	836.951
2029	630.732
2030	232.257
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>2.350.694</u>

As informações referentes aos covenants relacionados às emissões das debêntures são divulgadas na NE 6 – Gerenciamento de capital.

Renegociação de debêntures

Em 20 de outubro de 2025, a Companhia realizou a renegociação da sua 4ª (quarta) emissão de debêntures, por meio da emissão da sua 6ª (sexta) emissão de debêntures, no valor total de R\$ 850.000, representada por 850.000 títulos, com vencimentos entre abril de 2026 e outubro de 2030. O valor nominal de cada título é de R\$ 1.000,00. Os recursos líquidos captados por meio dessa emissão foram utilizados para o resgate antecipado da totalidade do saldo da 4ª (quarta) emissão de debêntures da Companhia.

Amortização extraordinária de debêntures

Em 29 de outubro de 2025 a Companhia executou o resgate antecipado de todas as debêntures da 4ª Emissão, perfazendo o montante total de R\$ 906.362, dos quais R\$ 850.000 foram amortização do saldo devedor e R\$ 56.362 de pagamento de juros.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de reais)

17. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Encargos sociais a pagar (i)	2.635	701	25.741	24.904
Provisão para bônus	13.614	5.258	24.800	16.025
Salários a pagar	1.888	799	16.804	17.911
Provisão para férias	1.090	398	13.250	15.290
Outros	20	6	1.064	982
Total	19.247	7.162	81.659	75.112

(i) Composto por contribuições para a Previdência Social (“INSS”) e para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), bem como imposto de renda retido na fonte (“IRRF”) sobre salários.

18. Contingências
a) Provisão para contingências

As provisões relacionadas a processos trabalhistas e cíveis cuja probabilidade de perda é avaliada como provável são as seguintes:

Consolidado	Cível	Trabalhista	Total
Em 31 de dezembro de 2023	7.849	34.029	41.878
Adições (reversões) líquidas	6.170	(1.016)	5.154
Provisão para juros	379	1.644	2.023
Pagamentos (baixas)	(6.993)	(5.222)	(12.215)
Em 31 de dezembro de 2024	7.405	29.435	36.840
Adições (reversões) líquidas	6.709	(6.232)	477
Provisão para juros	751	2.986	3.737
Pagamentos (baixas)	(7.408)	(5.231)	(12.639)
Em 31 de dezembro de 2025	7.457	20.958	28.415

b) Ativos de indenização

De acordo com os termos e condições do contrato de compra de controladas, foram definidos os períodos de responsabilidade de cada parte em relação a ações judiciais, limites de valor, critérios de notificação e indenização recíproca. Os reembolsos esperados para as provisões de contingências relacionadas a processos trabalhistas e cíveis cuja probabilidade de perda é avaliada como provável são as seguintes:

Ativos	Cível	Trabalhista	Total
Em 31 de dezembro de 2023	9.353	19.073	28.426
Adições (reversões) líquidas	1.086	(5.746)	(4.660)
Provisão para juros	452	921	1.373
Processos julgados (baixas)	(3.235)	(4.302)	(7.537)
Em 31 de dezembro de 2024	7.656	9.946	17.602
Adições (reversões) líquidas	(6.727)	8.325	1.598
Provisão para juros	777	1.009	1.786
Processos julgados (baixas)	(59)	(8.721)	(8.780)
Em 31 de dezembro de 2025	1.647	10.559	12.206

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de reais)

c) Perdas possíveis, não previstas no balanço

Nenhuma provisão foi constituída para os processos classificados como perda possível, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. A composição das contingências possíveis existentes em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Cível	22.792	36.269
Trabalhista	55.107	43.222
Fiscal	109.468	52.616
Total	187.367	132.107

Processos cíveis classificados como perda possível

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia estavam sujeitas a 1.028 (2024 – 1.017) ações cíveis. A maior parte das ações está relacionada a reclamações de consumidores, incluindo discussões sobre cobrança indevida de mensalidades e taxas, atraso na emissão de certificados e diplomas, cobrança indevida de mensalidades de alunos contemplados com bolsas e financiamentos públicos e negação de matrícula em cursos, entre outros.

Processos trabalhistas classificados como perda possível

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia estavam sujeitas a 254 (2024 – 89) reclamações trabalhistas. A maioria dessas reclamações está relacionada a horas extras, equiparação salarial, pagamento de férias e/ou não gozo de períodos de férias, indenizações e verbas rescisórias e indenizações com base nas leis trabalhistas brasileiras. O aumento no número de processos reflete, principalmente, ações relacionadas à marca Uniasselvi, em decorrência da mudança no modelo de contratação de tutores.

Processos tributários classificados como perda possível

Em 31 de dezembro de 2025, as empresas do Grupo estavam sujeitas a 11 (2024 – 8) reclamações fiscais. O Grupo possui três autuações fiscais lavradas pelo Município de Porto Alegre relacionadas à cobrança de ISS sobre serviços educacionais na modalidade a distância, referentes a períodos distintos, que totalizam, em 31/12/2025, o montante de R\$ 52,2 milhões. A primeira autuação abrange o período de 2012 a 2017, no valor atualizado de aproximadamente R\$ 37,8 milhões; a segunda refere-se ao período de 2017 a 2022, no valor de R\$ 9,7 milhões; e a terceira ao período de 2022 a 2024, no valor de R\$ 4,5 milhões.

O entendimento do Município de Porto Alegre é de que os serviços educacionais prestados à distância pela Uniasselvi, a partir de sua sede em Indaial/SC, estariam sujeitos à incidência de ISS naquele município em razão da existência de Polo de Apoio Presencial em Porto Alegre/RS. A Uniasselvi ajuizou ações anulatórias para afastar as cobranças, sendo que a ação correspondente à primeira autuação foi julgada integralmente procedente em julho de 2025, com a anulação do débito tributário e o reconhecimento da ilegitimidade do Município de Porto Alegre/RS para exigir o ISS, encontrando-se o processo pendente de julgamento de recurso interposto pelo Município junto ao TJRS. As ações anulatórias relacionadas à segunda e à terceira autuações ainda estão em fase de conhecimento, sem previsão de julgamento.

As controladas da Companhia também possuem três processos administrativos e judiciais relacionados à exigência de contribuição previdenciária incidente sobre prêmios, bônus e outras verbas pagas a colaboradores, sendo dois envolvendo a marca Unicesumar e um envolvendo a marca Uniasselvi. A Receita Federal entende que tais pagamentos teriam natureza salarial e, portanto, estariam sujeitos à incidência de contribuição previdenciária não recolhida.

O entendimento da Companhia, alinhado ao de seus assessores jurídicos externos, é de que os valores pagos a título de prêmios e bônus não possuem natureza salarial, por se tratarem de liberalidade do empregador concedida em razão de desempenho superior ao ordinário; que as verbas pagas a título de ajuda de custo correspondem a reembolso de despesas necessárias à execução das atividades e não integram a remuneração; e que os pagamentos relativos a direitos autorais possuem natureza mercantil, e não salarial.

A primeira autuação, relacionada à Unicesumar, abrange o período de 2017 a 2019, no valor aproximado de R\$ 20,2 milhões, encontrando-se com impugnação julgada improcedente em primeira instância administrativa (DRJ) e com recurso voluntário pendente de julgamento no CARF. A segunda autuação, também relacionada à Unicesumar, refere-se ao período de 2020 a 2021, no valor aproximado

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de reais)

de R\$ 27,6 milhões, estando atualmente em fase de execução, tendo a Companhia apresentado garantia por meio de apólice de seguro e oposto embargos à execução em dezembro de 2025. A terceira autuação, envolvendo a Uniasselvi, refere-se ao período de 2020 a 2021, com valor atualizado de aproximadamente R\$ 9,1 milhões, encontrando-se em fase administrativa, com impugnação apresentada e pendente de julgamento.

A responsabilidade por eventual pagamento das autuações relacionadas à Unicesumar observa os períodos de responsabilidade definidos nos termos e condições do contrato de compra e venda, cabendo aos vendedores quaisquer valores relativos aos períodos anteriores à data de fechamento da aquisição da Unicesumar, ocorrida em 22 de maio de 2022.

19. Patrimônio líquido
a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 798 milhões de ações, sujeita à aprovação do Conselho de Administração, que decidirá as condições de pagamento, as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

b) Capital subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado era de R\$ 2.196.460 (2024 – R\$ 2.196.460) dividido em 134.172 mil (2024 – 134.172 mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

c) Distribuição de lucros

O estatuto social da Companhia exige a distribuição de dividendos no valor de 1% do lucro líquido do exercício.

Os dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 3.699 foram destacados ao final do exercício de 2025. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram distribuídos dividendos no valor de R\$ 2.888.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício da controladora	369.891	288.752
Dividendos mínimos obrigatórios - 1%	3.699	2.888
Quantidade de ações em 31 de dezembro	134.172.428	134.172.428
Quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro	(519.900)	(519.900)
Dividendo por ação em circulação - em reais	0,02768	0,02160

d) Reserva de lucros
Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. O objetivo da reserva legal é proteger o capital e somente pode ser utilizada para compensação de perdas e aumento de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante destinado a reserva legal foi R\$ 18.495 (2024 – R\$ 14.438).

Reserva estatutária

A reserva estatutária da Companhia é denominada Reserva de Investimentos, cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o seu saldo soma às demais reserva de lucros, exceto as reservas de contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante destinado a reserva estatutária foi de R\$ 347.697 (2024 – R\$ 271.426).

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de reais)

e) Reservas de capital

Remuneração baseada em ações

A reserva de capital contém a reserva para programas de remuneração baseada em ações, classificados como liquidadas com instrumentos de patrimônio, conforme detalhado na Nota 21.

A reserva de remuneração baseada em ações é usada para reconhecer:

- o valor justo das opções emitidas aos empregados na data de outorga, mas não exercidas.
- o valor justo das ações emitidas aos empregados na data de outorga quando do exercício das opções.

Ações em tesouraria – Programa de recompra

Em 27 de agosto de 2024 a administração da Companhia aprovou um programa de recompra de ações. A Companhia pode recomprar até 13.417.243 das suas ações ordinárias em circulação no mercado aberto, com base nos preços de mercado vigentes, começando em 27 de agosto de 2024 até o atingimento do limite das recompras ou 26 de fevereiro de 2026, o que ocorrer primeiro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não recomprou nenhuma ação. O total de ações em tesouraria é de 519.900 ações com valor de R\$ 3.825.

20. Lucro por ação básico e diluído

20.1. Básico

O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias detidas pelos acionistas durante o ano.

A tabela a seguir contém o lucro por ação da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares, exceto valores por ação).

Lucro básico por ação	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	369.891	288.752
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	133.653	134.134
Lucro básico por ação (R\$)	2,77	2,15

20.2. Diluído

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 11.314 mil opções e outros instrumentos que podem virar ações ordinárias e que estão incluídas no cálculo do diluído por ação.

Lucro diluído por ação	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	369.891	288.752
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	144.967	140.411
Lucro diluído por ação (R\$)	2,55	2,06

21. Remuneração baseada em ações

O Grupo oferece aos seus administradores e executivos o Plano de Opção de Ações com condições gerais para outorga de opções de ações de emissão da Companhia aos participantes indicados pelo Conselho de Administração que, a seu critério, preenchem as condições de participação, alinhando assim os interesses dos participantes aos interesses de seus acionistas, de forma a maximizar os resultados

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de reais)

da Companhia e aumentar o valor econômico de suas ações, gerando assim benefícios para os participantes e demais acionistas. Também proporciona aos participantes um incentivo de longo prazo, aumentando sua motivação e permitindo que a Companhia retenha capital humano de qualidade.

O Plano de Opção de Ações foi aprovado em 19 de novembro de 2020 e compreende a outorga de opções de ações ordinárias sem valor nominal, representando até aproximadamente cinco por cento (5%) do número de ações ordinárias de emissão da Companhia na data de aprovação do Plano. O Plano é administrado e gerido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Para manter os direitos econômicos dos Participantes, se o número de ações que compõem o capital da Companhia for aumentado ou diminuído, inclusive em razão de desdobramento ou grupamento de ações, o Conselho de Administração deverá fazer os devidos ajustes no número de ações a serem emitidas de acordo com as Opções que foram exercidas e aquelas que não foram exercidas, exceto se a alteração no número de ações que compõem o capital da Companhia for devida à emissão de novas ações em razão de aumentos ou redução de capital e/ou recompra de ações, quando não serão feitos ajustes no número de ações a serem emitidas de acordo com as Opções. Nenhuma fração de Ações será emitida sob o Plano ou em razão de qualquer dos ajustes previstos nesta Seção.

Cada opção de ação concede ao seu titular o direito de comprar uma ação da Companhia, estritamente nos termos e condições estabelecidos no plano. As Opções não dão direito a dividendos sobre as ações subjacentes.

As opções de ações concedidas a um participante estão sujeitas a um período de aquisição para que sejam exercíveis, sujeitas às regras aplicáveis estabelecidas em cada programa de outorga, de acordo com o cronograma (a partir de cada data do cronograma um determinado lote de opções de ações será exercitável, uma "Data de Aquisição"), onde a cada ano, uma proporção das opções de ações concedidas pode ser exercida.

Os participantes têm o direito de transformar todas as opções adquiridas em ações mediante pagamento em dinheiro, pagando o Preço de Exercício da Opção conforme definido no respectivo programa ao qual cada participante está associado. A diferença entre o preço estipulado no programa e o valor justo da ação na data de mensuração é registrada como patrimônio líquido.

No caso de uma Transação Material, Reorganização Societária Relevante ou Dissolução ocorrer e o Participante for rescindido a partir de tal evento, o Período de Aquisição da Opção detida pelo Participante Rescindido será totalmente antecipado, de modo que o Participante deve exercer as Opções dentro de 60 (sessenta) dias a partir da data de Rescisão.

Em 07 de junho de 2024 a Companhia realizou a incorporação reversa da sua controladora na data e passou a ser a empresa emissora das opções para os Planos de Opções de Ações do Grupo, refletindo o grupamento de ações realizado por ocorrência da incorporação.

Abaixo estão descritos os resumos da quantidade e dos preços médios ponderados de exercício das opções concedidas de acordo com o plano:

	2025		2024	
	Número de opções	Valor médio por opção	Número de opções	Valor médio por opção
No início do exercício	4.008.396	R\$ 27,31	-	-
Novas emissões	679.608	R\$ 2,16	-	-
Incorporação reversa	-	-	4.300.256	R\$ 27,66
Cancelamentos	(1.063.020)	R\$ 31,62	(291.860)	R\$ 31,62
No final do exercício	3.624.984	R\$ 21,40	4.008.396	R\$ 27,31

As opções de ações em circulação no final do ano têm os seguintes períodos e preços remanescentes:

	31/12/2025	31/12/2024
Prazo médio do período de vesting remanescente	1,46 anos	2,46 anos
Prazo médio do período de vencimento	3,46 anos	4,46 anos
Preço de exercício da opção de compra	R\$ 20,05	R\$ 20,05

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

As opções outorgadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tem as seguintes características:

	2025
Outorga	02/01/2025
Data de vencimento	18/11/2029
Valor da ação na data de outorga	R\$ 8,00
Preço de exercício	R\$ 20,05
Volatilidade esperada	53,48%
Taxa de juros livre de risco	12,90%
Modelo utilizado	Black-Scholes

A despesa reconhecida por serviços de empregados recebidos durante o período é a seguinte:

Resultado reconhecido devido a transações com pagamentos em ações	2025	2024
Pago em ações	1.356	4.175
Despesas operacionais	1.356	4.175
Variação Cambial	-	1.555
Resultado total	1.356	5.730

22. Partes relacionadas

22.1. Relacionamento com entidades relacionadas

Em decorrência da combinação de negócios com a Unicesumar, a Companhia possui um contrato de arrendamento com empresas relacionadas a membros da administração: O objeto do contrato é o Campus da Unicesumar localizado na cidade de Maringá-PR e tem uma vigência de 20 anos a partir da data de fechamento da combinação de negócios.

Arrendamentos	Saldos no balanço		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
SOEDMAR - Sociedade Educacional De Maringa Ltda.				
Ativos de direito de uso	165.157	171.925		
Despesa de depreciação			(9.625)	(8.596)
Passivos de arrendamento	186.671	165.081		
Juros sobre arrendamentos			(21.003)	(18.813)
WM Administração e Participações Ltda				
Ativos de direito de uso	2.242	3.404		
Despesa de depreciação			(359)	(343)
Passivo de arrendamento	2.661	2.765		
Juros sobre arrendamentos			(309)	(327)

Ainda em decorrência da combinação de negócios com a Unicesumar, a Companhia efetuou um acerto de preço no valor total de R\$ 3.000 pagos aos antigos acionistas. O valor pago aos antigos acionistas da Unicesumar que hoje são partes relacionadas da empresa, foi de R\$ 871 conforme abaixo:

Ajuste de preço aquisição Unicesumar	Saldos no balanço		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
Outras receitas (despesas) líquidas	-	-	(871)	-

O Grupo também realiza doações para o Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI que possui administradores em comum com a Companhia.

Doações	Saldos no balanço		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
ICETI - Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação				
Outras receitas (despesas) líquidas	-	-	(3.160)	(3.180)

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de reais)

A Companhia e suas controladas realizam entre si transações envolvendo juros sobre capital próprio ("JCP"), em linha com a política de remuneração do capital próprio do grupo e de otimização da estrutura de capital.

Os JCP são calculados com base no patrimônio líquido das controladas, observados os limites e critérios previstos na legislação fiscal aplicável. As deliberações de JCP são aprovadas em assembleia geral ou reunião de sócios de cada controlada, com pagamento à controladora em datas compatíveis com a disponibilidade de caixa e com as práticas usuais de mercado.

Controladora	31/12/2025	31/12/2024
UNIASSELVI - Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda	36.780	-
UNICESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda.	28.852	-
Total	65.632	-

22.2. Remuneração da administração

	2025	2024
Salários, encargos sociais e remuneração variável (i)	31.963	27.652
Remuneração baseada em ações	1.356	4.175
Total	33.319	31.827

(i) A remuneração variável é definida e aprovada pelo Conselho da Companhia em acordo com os executivos do Grupo.

23. Receita

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de serviços bruta	65.728	63.424	2.954.585	2.757.702
(-) Descontos	(4.963)	(4.785)	(283.523)	(245.433)
(-) Bolsas ProUni	(232)	-	(321.530)	(286.218)
(-) Impostos sobre serviços	(1.447)	(1.536)	(90.454)	(84.242)
Receita líquida	59.086	57.103	2.259.078	2.141.809
Modo de reconhecimento da receita				
Serviço transferido durante um período	59.086	57.103	2.237.160	2.119.273
Serviço transferido em um momento específico (i)	-	-	21.918	22.536
Receita líquida	59.086	57.103	2.259.078	2.141.809

(i) A receita reconhecida em um momento específico do tempo refere-se à receita com taxas de estudantes e certas atividades relacionadas à educação.

As receitas da Companhia com contratos com clientes são todas geradas no Brasil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o valor faturado aos alunos pela parcela a ser transferida para o parceiro de polo, em relação à operação em conjunto, é de R\$ 644.170 (2024 - R\$ 575.653). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a pagar ao parceiro de polo é de R\$ 37.520 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 25.524).

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

24. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Folha de pagamento (i)	58.832	28.549	678.025	633.221
Vendas e marketing	6.793	8.848	283.621	276.108
Depreciação, amortização e impairment (ii)	125.758	126.146	224.600	216.203
Serviços de consultoria e assessoria	31.412	37.235	87.897	95.721
Manutenção	3.481	806	53.979	51.402
Utilidades, limpeza e segurança	220	9	29.953	26.662
Materiais	169	34	23.042	26.904
Comissões	605	1.183	20.672	26.878
Outras despesas	7.530	5.054	40.927	50.974
Total	234.800	207.864	1.442.716	1.404.073
Custo dos serviços prestados	26.343	23.588	776.278	746.646
Despesas gerais e administrativas	135.216	120.625	257.623	259.707
Despesas com vendas	73.241	63.651	408.815	397.720
Total	234.800	207.864	1.442.716	1.404.073

- (i) As despesas com folha de pagamento incluem R\$ 676.669 (2024 - R\$ 629.046) referentes a salários, bônus, benefícios de curto prazo, encargos sociais relacionados e outras despesas relacionadas a empregados, e R\$ 1.356 (2024 R\$ 4.175) relacionados à remuneração baseada em ações.

(ii) Depreciação e amortização

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos serviços prestados	11.130	16.416	80.642	78.844
Despesas gerais e administrativas	60.079	55.181	89.189	82.487
Despesas com vendas	54.549	54.549	54.769	54.872
Total	125.758	126.146	224.600	216.203

25. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Doações dedutíveis	-	-	(3.160)	(3.180)
Ajuste de preço aquisição Unicesumar (i)	(3.000)	-	(3.000)	-
Multas	(13)	(431)	(139)	(1.035)
Baixa do ativo permanente	215	(55.733)	540	(56.442)
Receita com parceria bancária	-	-	1.130	1.130
Baixa de contrato de arrendamento	(500)	-	479	-
Indenizações contratuais	-	(3)	184	(71)
Receita com venda de imobilizado	-	(45)	144	1.075
Receitas com alugueis	-	-	-	386
Outras receitas	851	-	915	401
Outras despesas	(46)	(3)	(87)	(164)
Total	(2.493)	(56.215)	(2.994)	(57.900)

- (i) A Companhia efetuou um acerto de preço no valor total de R\$ 3.000 pagos aos antigos acionistas. O ajuste de preço foi realizado direto contra o resultado devido a combinação de negócios ter ocorrido há mais de um ano.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
(Em milhares de reais)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimento das aplicações financeiras	7.002	9.062	84.911	41.734
Juros sobre mensalidades pagas em atraso	782	902	15.544	14.696
Varição Cambial Ativa	138	669	159	822
Outros	402	321	3.256	337
Total	8.324	10.954	103.870	57.589
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(359.795)	(408.734)	(359.795)	(408.734)
Juros sobre arrendamentos	(3.150)	-	(38.599)	(37.762)
Varição Cambial Passiva	(367)	(1.158)	(368)	(3.007)
Prêmio antecipação debêntures	-	(15.247)	-	(15.247)
Outros	(8.663)	(9.300)	(31.219)	(36.493)
Total	(371.975)	(434.439)	(429.981)	(501.243)
Resultado financeiro	(363.651)	(423.485)	(326.111)	(443.654)

27. Cobertura de seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2025, e foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

	Coberturas
Bens do imobilizado	571.259
Responsabilidade Civil Geral e Executivos	60.000
Riscos cibernéticos	20.000
	651.259

28. Informações por segmento

A Companhia, em conformidade com a estratégia de aprimoramento da transparência e alinhamento à sua estrutura operacional, decidiu consolidar os três segmentos previamente reportados em um único segmento operacional a partir do exercício de 2025.

Essa decisão foi tomada com o objetivo de refletir de maneira mais precisa a forma como a gestão monitora e avalia o desempenho das operações. A consolidação desses segmentos visa simplificar a análise dos resultados, manter maior foco na interação entre as áreas e destacar o desempenho consolidado dessa nova unidade de negócio única.

As decisões sobre alocação de recursos e a avaliação do desempenho operacional passaram a ser feitas de forma integrada, considerando toda a operação como um único segmento para fins de análise e reportes financeiros. Essa forma de gestão reflete a visão integrada da Administração, que adota uma abordagem consolidada para avaliar o desempenho, sem a necessidade de dividir controles ou decisões entre as diferentes modalidades de ensino.

O CODM não toma decisões estratégicas nem avalia o desempenho com base em regiões geográficas ou através dos ativos da Companhia. Atualmente, a Companhia opera exclusivamente no Brasil e todos os ativos, passivos e resultados são alocados no Brasil.

Vitru Educação S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Em milhares de reais)

29. Outras divulgações sobre fluxos de caixa**Transações que não impactam caixa**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

O montante de R\$ 8.780 (2024 - R\$ 7.537) referente a provisão para contingências de responsabilidade dos vendedores de controladas adquiridas em exercícios anteriores, foi revertido para a rubrica de ativo de indenização no ativo não circulante.

O montante de R\$ 70.903 (2024 - R\$ 20.311) referente a atualização de bens de direito de uso, também adicionado na rubrica de passivo de arrendamento mercantil.

30. Eventos Subsequentes**Reorganização societária – Incorporação da Unicesumar pelo Vitru Educação**

Em 1 de janeiro de 2026 houve a reorganização societária, compreendendo a incorporação, pela Companhia, da Unicesumar, conforme termos e condições que se encontram abaixo descritos.

As Partes são sociedades integrantes do mesmo grupo econômico, sendo que a Companhia é controladora da Unicesumar, detentora de 103.196.725 (cento e três milhões, cento e noventa e seis mil, setecentas e vinte e cinco) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Cesumar.

A Incorporação foi realizada sem aumento do capital social da Companhia, ou seja, sem diluição de seus atuais acionistas, de forma que, nos termos do artigo 16 da Resolução CVM nº 78, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 78”), não são aplicáveis as obrigações previstas no seu Capítulo III.

A administração entende que a reorganização permite que a Companhia passe a desenvolver diretamente as atividades desenvolvidas atualmente pela Unicesumar, resultando em uma estrutura mais eficiente. Nesse contexto, a operação terá como efeitos a simplificação da estrutura e uma gestão financeira mais eficaz, considerando a consolidação das atividades.

Mudança na Administração – Diretor Presidente (CEO) e Diretoria estatutária

Em 5 de janeiro de 2026 a companhia recebeu a carta de renúncia da Diretora Estatutária de Tecnologia e Transformação. O Conselho de Administração deliberou pela nomeação de gestor interino para a função até a conclusão do processo de sucessão.

Em 4 de fevereiro de 2026 a Companhia inicia um processo de transição da posição de Diretor Presidente (“CEO”), como parte de seu plano de sucessão executiva e do aprimoramento contínuo de sua governança corporativa, em conformidade com a legislação vigente e com as melhores práticas de mercado.

O Conselho de Administração aprovou, nesta data, o início do período de transição da posição de CEO, atualmente ocupada por William Matos, para José Aroldo Alves Jr. O processo de transição ocorrerá até 29 de abril de 2026, com o objetivo de garantir uma condução estruturada, assegurando a continuidade estratégica, a preservação do conhecimento institucional e a observância das melhores práticas de governança.

VITRU BRASIL EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO S.A.

CNPJ nº 20.512.706/0001-40
NIRE 4230004752-0

Companhia Aberta

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE ou Comitê") da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A ("Companhia"), localizada na Rua Tenente Negrão, nº 100, Itaim Bibi, conjunto 131 e 132, pavimento 13, 11º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04530-030, listada no segmento Novo Mercado da B3 desde 10 de junho de 2024, em cumprimento às disposições legais e ao Regimento Interno do Comitê, elaboraram o presente relatório anual das atividades relativas ao exercício social de 2025.

No período mencionado, o Comitê de Auditoria da Companhia realizou 7 (sete) reuniões, entre ordinárias e extraordinárias, cumprindo requisitos estabelecidos no Estatuto Social, Regimento Interno e Regulamento do Novo Mercado.

No cumprimento de suas competências e atribuições como órgão de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, fizeram parte das atividades do Comitê de Auditoria Estatutário em 2025:

- i. Concordância quanto a manutenção dos auditores independentes do exercício 2024 para o exercício 2025 (Deloitte Touche Tohmatsu Limited);
- ii. Análise e recomendação acerca das Demonstrações Contábeis de 2025, trimestrais e anual, incluindo indagações e discussões com os auditores independentes do exercício social 2024 (Deloitte Touche Tohmatsu Limited).
- iii. Acompanhamento e discussões com a Controladoria, área responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras.
- iv. Discussões quanto a Reorganização Societária realizada na Companhia no ano vigente.
- v. Acompanhamento das atividades da área de Governança, Riscos, Compliance e Controles Internos (GRC): Monitoramento da qualidade e efetividade dos mecanismos dos controles internos da Companhia; Planos de Ação para as principais fragilidades do ambiente de controles; Mapa de riscos da Companhia; Iniciativas relacionadas ao Programa de Integridade.
- vi. Interação com corpo executivo responsável pelo ambiente de tecnologia da Companhia, discutindo controles gerais de tecnologia e riscos e oportunidades associadas à adoção de ferramentas de inteligência artificial.
- vii. Acompanhamento dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna: Ratificação anual da independência e posicionamento organizacional; Aprovação de orçamento e estrutura da área; Aprovação e acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna, incluindo principais fragilidades identificadas; Acompanhamento dos principais indicadores e denúncias recebidas no Canal de Ética da Companhia.
- viii. Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos auditores independentes, avaliando sua independência e a qualidade dos serviços prestados;

- ix. Acompanhamento das ações orientadas a preparação para aderência à reforma tributária, bem como entendimento de potenciais impactos.
- x. Avaliação e monitoramento de transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia.
- xi. Deliberação acerca da emissão do presente Relatório Resumido de Atividades do Comitê de Auditoria 2025.

Com base na revisão do Relatório da Administração da Companhia, do Relatório do Auditor Independente e dos Auditores Internos, nas informações e esclarecimentos recebidos da Administração e dos Auditores Independentes, os membros do CAE, no exercício de suas atribuições, recomendam, por unanimidade, que as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 sejam encaminhadas para aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Por fim, os membros declaram inexistir divergências significativas entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

Florianópolis, 16 de março de 2025

Igor Xavier Correia Lima
Assinado eletronicamente por:
Igor Lima
CPF: ***.240.566-**
Data: 17/03/2026 10:49:31 -03:00

Igor Xavier Correia Lima
Membro do Comitê

Assinado eletronicamente por:
CLAUDIA JORDÃO RIBEIRO PAGNANO
CPF: ***.792.458-**
Data: 17/03/2026 10:48:25 -03:00

Claudia Jordão Ribeiro Pagnano
Membro do Comitê

Assinado eletronicamente por:
PAULO SERGIO CRUZ DORTAS MATOS
CPF: ***.961.055-**
Data: 16/03/2026 15:57:28 -03:00

Paulo Sérgio Dortas Matos
Coordenador do Comitê

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário sobre a aprovação das
Demonstrações Financeiras de 2025

Os abaixo assinados membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAR) da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A., no exercício de suas atribuições, conforme previsto no item 6, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário, emitem parecer favorável para o Conselho de Administração e recomendam a aprovação das Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações financeiras do ano de 2025, não havendo qualquer divergência entre a administração da Companhia, os auditores independentes e este Comitê.

São Paulo, 16 de março de 2026.

Assinado eletronicamente por:
PAULO SERGIO CRUZ DORTAS MATOS
CPF: ***.961.055-**
Data: 16/03/2026 16:37:19 -03:00



Paulo Sergio Cruz Dortas Matos

Coordenadora CAR

Assinado eletronicamente por:
CLAUDIA JORDÃO RIBEIRO PAGNANO
CPF: ***.792.458-**
Data: 17/03/2026 10:49:34 -03:00



Claudia Jordão Ribeiro Pagnano

Membro do CAR

Igor Xavier Correia Lima

Assinado eletronicamente por:
Igor Lima
CPF: ***.240.566-**
Data: 17/03/2026 10:50:46 +00:00



Igor Xavier Correia Lima

Membro do CAR

Assinado eletronicamente por:
Murilo Fusco
CPF: ***.953.268-**
Data: 16/03/2026 15:43:00 -03:00



Murilo Marques Fusco

Secretário do CAR

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. declaram que revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de revisão da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido em 17 de março de 2026, sobre as demonstrações financeiras padronizadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 17 de março de 2025.

Assinado eletronicamente por:
William Victor Kendrick de Matos Silva
CPF: ***.605.399-**
Data: 17/03/2026 11:03:36 -03:00



William Victor Kendrick de Matos Silva
CEO

Assinado eletronicamente por:
Gabriel Silva Lobo Leite
CPF: ***.685.037-**
Data: 17/03/2026 11:34:52 -03:00



Gabriel Lobo

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Assinado digitalmente por:
José Aroldo Alves Júnior
CPF: ***.187.243-**
Certificado emitido por AC Uniasselvi
Data: 17/03/2026 19:14:42 -03:00



José Aroldo Alves

Diretor de Operações

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as informações financeiras relativas ao exercício de 2025 findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 17 de março de 2026.

Assinado eletronicamente por:
William Victor Kendrick de Matos Silva
CPF: ***.605.399-**
Data: 17/03/2026 11:04:30 -03:00



William Victor Kendrick de Matos Silva

CEO

Assinado eletronicamente por:
Gabriel Silva Lobo Leite
CPF: ***.685.037-**
Data: 17/03/2026 11:34:35 -03:00



Gabriel Silva Lobo Leite

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Assinado digitalmente por:
José Aroldo Alves Júnior
CPF: ***.187.293-**
Certificado emitido por AC Uniasselvi
Data: 17/03/2026 19:14:41 -03:00



José Aroldo Alves

Diretor de operações